

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	22.943.480	20.815.709
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	690.993	503.570
1.01.01	Caixa	66.006	73.593
1.01.02	Aplicações de Liquidez	624.987	429.977
1.01.02.02	Aplicações no Mercado Aberto	624.987	429.977
1.02	Ativos Financeiros	20.418.630	18.444.260
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	213.742	155.901
1.02.01.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	213.742	155.901
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	422.185	447.435
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	422.185	447.435
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	12.276.577	12.353.825
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	12.276.577	12.353.825
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	7.506.126	5.487.099
1.02.04.04	Operações de Crédito	7.084.489	5.085.708
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-286.476	-294.094
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	708.113	695.485
1.03	Tributos	1.554.166	1.569.036
1.03.03	Outros	1.554.166	1.569.036
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.464.291	1.473.792
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	89.875	95.244
1.04	Outros Ativos	29.011	29.758
1.04.03	Outros	29.011	29.758
1.06	Imobilizado	133.765	145.333
1.06.01	Imobilizado de Uso	351.829	354.232
1.06.03	Depreciação Acumulada	-218.064	-208.899
1.07	Intangível	116.915	123.752
1.07.01	Intangíveis	334.413	326.598
1.07.03	Amortização Acumulada	-217.498	-202.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	22.943.480	20.815.709
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.253.240	14.472.736
2.02.01	Depósitos	6.185.481	5.829.618
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	199.982	251.713
2.02.04	Outras Captações	9.867.777	8.391.405
2.02.04.01	Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures e Similares	220.917	213.703
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	50.649	54.454
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	698.007	736.754
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	7.087	100.326
2.02.04.07	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	7.735.263	6.135.762
2.02.04.08	Outros Passivos Financeiros	82.715	112.075
2.02.04.09	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.012.612	1.027.676
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	60.527	10.655
2.03	Provisões	3.743.664	3.807.245
2.03.01	Provisão para Pagamento a Efetuar	100.757	102.288
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.631.834	1.654.984
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.219.298	1.237.350
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	193.087	198.699
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	598.339	613.575
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	223.535	118.931
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	204.203	96.536
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	19.332	22.395
2.07	Patrimônio Líquido	2.723.041	2.416.797
2.07.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	18.872	19.259
2.07.04	Reservas de Lucros	1.635.957	1.332.932
2.07.04.01	Reserva Legal	171.862	156.730
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.392.122	1.176.202
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	71.973	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-557.293	-560.899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	270.352	512.594	220.266	537.554
3.01.01	Operações de Crédito	126.153	264.708	95.639	221.615
3.01.02	Resultado Oper. Tit.Val. Mobiliários	144.199	247.886	118.572	283.010
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	6.055	32.929
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-171.105	-296.069	-146.698	-373.643
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-32.404	-54.992	-27.297	-63.317
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-92.562	-171.737	-91.738	-253.628
3.02.03	Provisão Oper. Crédito e Outros Créditos	-38.701	-68.683	-27.663	-56.698
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	-7.438	-657	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	99.247	216.525	73.568	163.911
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	324.897	454.366	34.544	77.131
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	208.610	457.525	190.319	413.682
3.04.03	Despesas com Pessoal	-137.100	-274.030	-140.744	-286.295
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-60.850	-128.875	-64.041	-139.682
3.04.05	Despesas Tributárias	-42.565	-74.842	-24.405	-58.623
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	559.009	798.262	201.554	423.471
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-202.207	-323.674	-128.139	-275.422
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	424.144	670.891	108.112	241.042
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-226.989	-368.253	-32.277	-132.107
3.06.01	Corrente	-232.784	-363.885	-80.346	-163.387
3.06.02	Diferido	5.795	-4.368	48.069	31.280
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	197.155	302.638	75.835	108.935
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	197.155	302.638	75.835	108.935
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	197.155	302.638	75.835	108.935
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	6,65032	10,2084	2,55802	3,67453

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	197.155	302.638	75.835	108.935
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	35.921	3.993	35.098	9.699
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-649	-52.576	31.379	-68.215
4.02.01.01	Próprios - TVM Ajuste	-1.205	-95.617	57.052	-117.614
4.02.01.02	Efeito Fiscal	556	43.041	-25.673	49.399
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	36.570	56.569	3.719	77.914
4.02.02.01	Próprios - Del. CVM nº695/2012	65.477	101.516	6.472	140.985
4.02.02.02	Efeito Fiscal	-29.117	-45.334	-2.913	-63.444
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	323	645	323	688
4.02.02.04	Efeito Fiscal	-113	-258	-163	-315
4.04	Resultado Abrangente do Período	233.076	306.631	110.933	118.634

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	36.725	431.982
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	588.952	380.022
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	670.891	241.042
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-81.939	138.980
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-552.227	51.960
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	-4.541	699.185
6.01.02.02	Redução em outros valores e bens	129	115
6.01.02.03	(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-57.842	-3.282
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	6.343	-166.727
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	-2.078.019	-380.446
6.01.02.06	Redução em outros créditos	98.390	21.651
6.01.02.07	Aumento em depósitos	355.863	795.871
6.01.02.08	Redução em obrigações por empréstimos e repasses	-42.552	-457
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	-44.517	-100.029
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em outras Obrigações	1.418.306	-726.781
6.01.02.11	IR e CS pagos	-203.787	-87.140
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	45.870	-1.259.478
6.02.01	(Aumento) em TVM disponíveis para Venda	-819.514	-2.809.875
6.02.02	Redução em TVM disponíveis para Venda	844.186	1.520.815
6.02.03	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-15.169	-6.773
6.02.04	Redução em TVM mantidos até o vencimento	44.960	34.675
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	-856	-2.121
6.02.07	Alienação em Imobilizado de Uso	115	0
6.02.08	Aplicação do Intangível	-7.852	-314
6.02.09	Baixa do Intangível	0	4.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	104.828	-166.850
6.03.01	Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos	27.791	-60.457
6.03.02	Juros sobre o capital próprios pagos	77.037	-106.393
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	187.423	-994.346
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	503.570	2.312.439
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	690.993	1.318.093

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.606	302.638	0	306.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	302.638	0	302.638
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.606	0	0	3.606
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	3.606	0	0	3.606
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	231.052	0	-230.665	-387	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	231.052	0	-231.052	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	645	-645	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-258	258	0
5.07	Saldos Finais	1.623.252	2.253	1.635.957	-557.293	0	18.872	2.723.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.143.110	-590.340	0	20.931	2.199.206
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.143.110	-590.340	0	20.931	2.199.206
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	25.965	0	-25.965	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	25.965	0	-25.965	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.327	108.935	0	118.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	108.935	0	108.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.327	0	0	9.327
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	9.327	0	0	9.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.343	0	-82.970	-1.312	-939
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.343	0	-83.343	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	688	-688	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-315	-624	-939
5.07	Saldos Finais	1.623.252	2.253	1.252.418	-581.013	0	19.619	2.316.529

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	1.699.698	1.318.009
7.01.01	Intermediação Financeira	512.594	537.554
7.01.02	Prestação de Serviços	457.525	413.682
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-68.683	-56.698
7.01.04	Outras	798.262	423.471
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-227.386	-316.945
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-417.846	-379.670
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-15.848	-16.115
7.03.02	Serviços de Terceiros	-78.324	-88.133
7.03.04	Outros	-323.674	-275.422
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.054.466	621.394
7.05	Retenções	-26.998	-27.922
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.998	-27.922
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.027.468	593.472
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.027.468	593.472
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.027.468	593.472
7.09.01	Pessoal	225.726	237.401
7.09.01.01	Remuneração Direta	168.988	178.721
7.09.01.02	Benefícios	42.348	44.257
7.09.01.03	F.G.T.S.	14.390	14.423
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	491.399	239.624
7.09.02.01	Federais	484.923	233.825
7.09.02.02	Estaduais	22	15
7.09.02.03	Municipais	6.454	5.784
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	7.705	7.512
7.09.03.01	Aluguéis	7.705	7.512
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	302.638	108.935
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	302.638	108.935



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre de 2021

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S/A., referentes ao primeiro semestre de 2021.

O ano de 2021 iniciou com vários desafios em razão da Pandemia causada pela Covid-19, uma crise mundial de saúde, em que todos os segmentos do mercado e sociais foram afetados de forma significativa no ano de 2020 e que, infelizmente, ainda persiste. Apesar da crise mundial o Banco da Amazônia não deixou de cumprir o seu papel e comprometido com o desenvolvimento sustentável da Região, e alcançou resultados expressivos que se deram em meio a crise no 1º semestre de 2021.

O Banco da Amazônia criou condições especiais para os empreendedores que precisam de apoio para superar a crise gerada pela pandemia da Covid-19, implementando medidas como a flexibilização das regras para a suspensão do pagamento de parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O Objetivo do Banco é preservar os negócios dos empreendedores da Amazônia e estar alinhado à Resolução nº 4.782/20, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e às políticas públicas do Governo Federal.

Somada à importância de seus clientes e da sociedade da Região Norte o Banco da Amazônia prioriza seus colaboradores, prestando todo o apoio necessário para que se sintam mais protegidos e, com serenidade, fazerem parte da solução trabalhando para gerar condições para os empreendedores regionais manterem suas atividades.

O Banco da Amazônia atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a região, dentre as quais destacamos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Os planos e programas do Governo Federal para a Amazônia são fortalecidos pelos produtos e serviços do Banco, que juntos promovem a melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida da população amazônica, com redução nas desigualdades intra e inter-regionais. Desta maneira e pensando no empreendimento sustentável, o Banco da Amazônia criou linhas de créditos, que contam com o Fundo Constitucional do Norte (FNO), para contemplar todos os tipos de projetos que tenham a finalidade de fomentar a sustentabilidade da Região Amazônica, tais como a Pecuária Verde, agricultura e pecuária de baixo carbono e agroflorestal. O objetivo é favorecer e fortalecer os financiamentos sustentáveis em áreas rurais e urbanas a partir de empreendimentos de todos os portes com foco socioambientais

Comentário do Desempenho**PANORAMA ECONÔMICO**

No decorrer do primeiro semestre a economia global recuperou-se gradualmente da última crise econômica provocada pelo surgimento da pandemia do Coronavírus. O início da vacinação da população mundial foi a mola propulsora do processo de recuperação, destacando-se a China na qual a pandemia foi contida no seu início, e o EUA que usaram o seu arsenal fiscal e monetário para estimular o consumo das empresas e famílias. No entanto, como o processo de vacinação foi mais intenso nos países desenvolvidos a recuperação econômica foi desigual e desestruturante, ou seja, a economia dos países menos desenvolvidos continua sentindo com mais intensidade o ciclo recessivo. Nesse contexto, O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou sua estimativa para 6% de crescimento da economia mundial em 2021.

Em âmbito nacional, a preocupação atual é com o recrudescimento do processo inflacionário. A taxa de inflação atingiu 8,5% no acumulado em 12 (doze) meses, portanto, mais de quatro pontos percentuais acima da meta estipulado no sistema de metas da inflação. Esse processo levou a autoridade monetária iniciar um novo ciclo de aumento da taxa juros SELIC, visando ancorar as expectativas de inflação para o ano de 2022 dentro da meta de 3,5%. Contudo, a economia brasileira recuperou-se nesse semestre, destacando-se a agropecuária (novo ciclo positivo de commodities), comércio varejista e indústria. O Índice da Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), com ajuste sazonal aumentou 0,44% em abril na comparação anual. Por outro lado, o segmento de serviços continua sentindo os efeitos das consequências do distanciamento social provocado pela pandemia de saúde.

Sem dúvidas, a continuidade da recuperação da economia global está ligada inerentemente a eficiência e eficácia do combate a Pandemia do Coronavírus e aos seus efeitos colaterais que desestruturaram as cadeias produtivas globais. Os países e regiões que forem eficientes e efetivos no processo de vacinação das suas populações contendo o vírus e suas variantes, provavelmente, terão recuperações econômicas mais dinâmicas e acentuadas no decorrer do ano.

Nesse sentido, levando em consideração as premissas da conjuntura atual, revemos o nosso cenário base para 2021 e projetamos que a economia brasileira crescerá 4,5%. Esse resultado leva em conta que a quantidade de pessoas vacinadas aumente significativamente nos próximos dois trimestres e atinja toda a População Econômica Ativa (PE), e não haja instabilidades políticas que prejudique o desempenho da economia. No entanto, destacamos que o crescimento que estimamos considera o carregamento estatístico de 2% que calculamos para o ano, ou seja, a recuperação da economia brasileira está muito aquém do que é necessário para recuperar as quedas observadas nas crises de 2014-2015 (instabilidade política) e 2020 (Coronavírus).

Na Amazônia Legal, revisamos a nossa projeção de crescimento da economia para 5%, tendo como premissas principais a recuperação parcial da produção da Zona Franca de Manaus (ZFM), muito afetada pelo crescimento dos casos de Covid-19 nos primeiros meses do ano. Além disso, estimamos novamente resultados positivos nas produções da Agropecuária e do setor mineral, este último com preços ascendentes no mercado mundial em razão do crescimento da demanda de minerais. Também podemos destacar o setor de infraestrutura dada a previsão para os próximos meses de leilões de concessão nos setores de saneamento, aeroportuário, rodovias, ferrovias, geração e transmissão de energia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º SEMESTRE DE 2021
Comentário do Desempenho
DESTAQUES do 1S21 em Relação ao 1S20
R\$ 302,6 MILHÕES
LUCRO LÍQUIDO
177%


Maior lucro para o Período, resultado das políticas de crédito e operacionais estabelecidas pelo Banco nos últimos anos.

R\$ 5,29 BILHÕES
FOMENTO
CONTRATADO
16%


No 1º semestre de 2021 o Banco contratou R\$ 5,29 bilhões, crescimento de 16,01% em relação ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 4,56 bilhões. A expansão do crédito está relacionada principalmente ao setor rural que demandou R\$ 3,6 bilhões (97% de crescimento em relação a 2020).

R\$ 454,4 MILHÕES
DEL CREDERE
26,1%


A elevação ocorreu pelo maior volume das aplicações de crédito e da maior assunção de risco integral pelo Banco que apresentou incremento de 26,1%, encerrando o 1º semestre de 2021 com R\$454,4 milhões, em relação a R\$360,4 milhões do 1º semestre de 2020.

25,04 %
ROE
152,80%


No 1º semestre de 2021 o Banco apresentou rentabilidade de 25,04%, contra 9,91% realizado no mesmo período do exercício anterior. Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, destaca-se o crescimento da receita de Taxa de Administração do FNO e Receitas de Operações de Crédito, redução nas Demais Despesas Administrativas e incremento no Resultado Não Operacional mediante devolução de valor pela BBTS Tecnologia através de sentença judicial.

REDUÇÃO DA
PCLD
26%


A redução de 26% no volume de PCLD apresentada neste semestre, em relação ao mesmo período de 2020, está relacionada com os processos de melhoria na gestão da carteira de crédito, nas medidas de enfrentamento da pandemia que vem sendo realizadas (circulares, ferramentas, plataformas, novos produtos e outros) e nas ações de cobrança que foram ampliadas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS

O Banco da Amazônia, visando se adaptar a esse novo contexto econômico, social, ambiental, tecnológico e regulatório, o qual exige respostas efetivas e um contínuo alinhamento a essas transformações, iniciou nesse 1º semestre de 2021 a revisão de seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2022-2026.

Alinhados às estratégias de negócios e melhoria de governança, o Banco definiu portfólio, visando o alcance dos objetivos e metas acordados no Plano Estratégico.

O atual portfólio contempla 17 projetos alinhados aos objetivos estratégicos do Banco, conforme destacado no gráfico abaixo:

Portfólio Estratégico



17
Projetos em Andamento

PRINCIPAIS PROJETOS EM EXECUÇÃO

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



- IMPLANTAÇÃO DA PRSA
- NOVO MODELO DE ATUAÇÃO NO MICROCRÉDITO

O Banco está trabalhando na implementação da POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PRSA, a qual contempla medidas para aprimorar o monitoramento do risco socioambiental, com a definição de metodologia de gerenciamento de riscos socioambientais, implementação de rating socioambiental de clientes e de regras de perdas socioambientais no crédito, ações de grande relevância para garantir que a atuação do Banco está alinhada com o meio ambiente e a sociedade na qual está inserido.

Também está em execução o projeto para IMPLANTAÇÃO DE NOVO MODELO DE ATUAÇÃO NO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (MPO) URBANO E RURAL, que tem por objetivo aumentar a eficiência operacional do Programa Amazônia Florescer, possibilitando a expansão com qualidade, agilidade e competitividade, visando alcançar volume de R\$ 1 Bilhão de aplicação até 2025 com pelo menos 350 mil clientes ativos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

O projeto, além de trazer aumento da lucratividade, com a redução de despesas operacionais e aumento progressivo das receitas, reforça a atuação social do Banco ao proporcionar aos empreendedores populares urbanos e agricultores familiares da Amazônia Legal, o acesso aos serviços microfinanceiros, com metodologia diferenciada, possibilitando-lhes o fortalecimento de suas unidades produtivas com geração de emprego e renda.

FORTALECER A GOVERNANÇA CORPORATIVA



- POSIC
- LGPD

Na busca pelo fortalecimento constante de sua Segurança de Informação e Segurança Cibernética, o Banco busca implantar a POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - POSIC, bem como, busca adequar-se à LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Essas iniciativas contribuirão de forma positiva para a imagem da empresa, trazendo credibilidade, melhora no relacionamento com o cliente através da confiabilidade e respeito à privacidade, bem como, através do aperfeiçoamento da segurança cibernética, o que também resultará em melhor eficiência operacional.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL



- SISTEMA DE COMPRAS
- AGÊNCIAS LEVE

No que diz respeito a eficiência operacional, será viabilizada a IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE COMPRAS, que permitirá a automatização de processos manuais, otimização do fluxo de informações, tempestividade e uniformidade nas informações prestadas e mitigação de riscos operacionais, reduzindo o risco de fraudes.

O Banco também vem trabalhando para implantar um novo modelo de agências, denominado “AGÊNCIAS LEVE”, com estrutura mais enxuta, voltada prioritariamente para a prospecção de negócios, com previsão de implantação de duas unidades piloto até dezembro/2021.

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



- BASA DIGITAL
- OPEN BANK

Com relação à área de tecnologia, no intuito de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito, o Banco está atuando na implantação do BASA DIGITAL, que é uma solução através da qual os agentes de crédito credenciados poderão realizar o processo de concessão de crédito de forma remota e eficiente, reduzindo de forma significativa o tempo de contratação. Atualmente o BASA DIGITAL já está operacional para as linhas de crédito PRONAF B e PRONAF CUSTEIO.

Também está em execução o projeto *OPEN BANKING*, que vai permitir o compartilhamento de dados e serviços de clientes entre instituições financeiras por meio da integração de seus respectivos sistemas.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Ao longo do primeiro trimestre, o tema de sustentabilidade e meio ambiente esteve entre os temas prioritários na atuação do Banco, sendo integrado aos trabalhos desenvolvidos, dentre os quais é destacada a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental e do Plano de Ação para sua execução, além disso, ciente de seu compromisso, o Banco incorporou no planejamento das suas atividades a temática ESG (Environmental, Social and Corporate Governance), baseando o planejamento de suas ações nas perspectivas Social, Ambiental e Governança, com o objetivo de maximizar seus impactos positivos.

Desta forma, no que tange a perspectiva Ambiental destacamos a revisão do Plano de Ação da PRSA que prevê a implementação do Rating Socioambiental dos clientes destacados na carteira, levando em conta os princípios da relevância e da proporcionalidade. Trata-se de aprimoramento do gerenciamento dos riscos relacionados ao crédito, fortalecendo a posição do Banco no tema e dentre os benefícios esperados para este trabalho, são destacadas:

- Ganho de produtividade: aperfeiçoamento na gestão de riscos, buscando a implementação de controles mais eficientes, proporcionando a tomada de decisão assertiva;
- Redução de custo: gerenciamento dos riscos proporciona resposta às ameaças de forma mais tempestiva;
- Melhoria de controle: aperfeiçoamento das técnicas que visam robustecer o processo de avaliação, de concessão e de monitoramento do crédito;
- Redução de riscos: a integração da perspectiva socioambiental na avaliação de riscos, disponibiliza mais informações acerca dos processos e maior segurança na tomada de decisões, evitando perdas no crédito e danos à imagem do Banco.



Dentre as práticas já adotadas na avaliação de risco socioambiental no crédito, é destacada a análise sistematizada das propriedades rurais que apresentam maior exposição ao risco ambiental e o Banco conta com um aplicativo desenvolvido por uma *startup*, que faz a validação de documentos legais; análise quanto a sobreposição com terra indígenas, áreas embargadas, com georreferenciamento do imóvel.

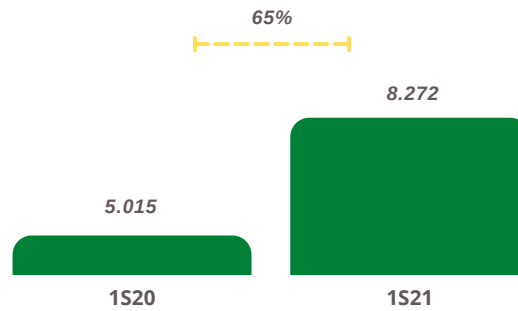
As análises do aplicativo abrangem todos os financiamentos rurais, inclusive voltados para agricultura familiar, apresentando aumento de mais de 65%, comparando o primeiro semestre de 2020, de análise de operações, como pode ser verificado na tabela a seguir:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

Qtd de Análises



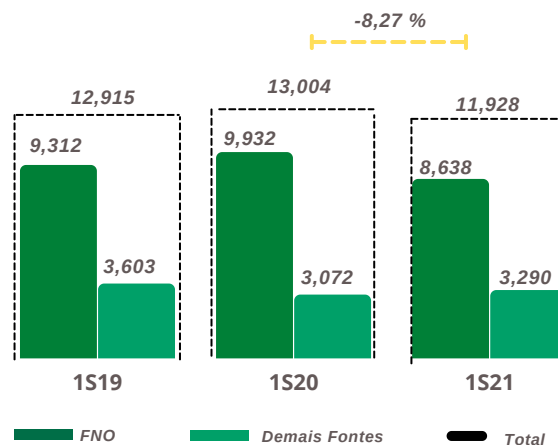
Outro avanço importante, foi o lançamento das linhas de financiamentos verdes no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. O FNO Verde apoia empreendimentos voltados à Agricultura de Baixo Carbono, Biodiversidade, Ciência, Tecnologia e Inovação, Obras Ecológicas, Geração de Energia e Transportes Verdes, Tratamento de água e esgoto, dentre outros, com desafio de reduzir os impactos ambientais por meio da indução de práticas sustentáveis nos empreendimentos financiados. Até o final do primeiro semestre de 2021, foram R\$ 1,65 bilhão em créditos voltados às linhas verdes nos segmentos rurais e empresariais.

No que tange ao aspecto Social, importantes avanços foram alcançados, com o estabelecimento de programas internos de valorização dos colaboradores, além da política de patrocínio a projetos de pesquisa, que já investiu cerca de R\$ 2 milhões de reais no fomento a pesquisa na Amazônia.

Em outra frente de trabalho, foi firmada parceria com a International Finance Corporation (IFC), com vistas a atualizar e a aprimorar o processo de análise de risco socioambiental do Banco, com realização de diagnóstico e avaliação do nível de maturidade. Para tanto, foram analisadas as Políticas de crédito, Due Dilligence, Qualidade da Due Dilligence, Estrutura Organizacional, Capacidade Organizacional e Treinamento dos Funcionários, Processo de Supervisão e Revisão do Portfólio, Ambiente de Controle e a Base de Dados.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA 2021

Disponibilizado R\$ 11,928 bilhões para atendimento às atividades econômicas da região amazônica em 2021, R\$ 9,155 bilhões somente no crédito de fomento. Com destaque para R\$ 8,638 bilhões oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o que representa mais de 72% dos recursos destinados para ser aplicado na região.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

O Banco da Amazônia é o agente operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento e em conformidade com a recém editada Medida Provisória 1.052/21, que alterou as regras de repasse dos Fundos Constitucionais.

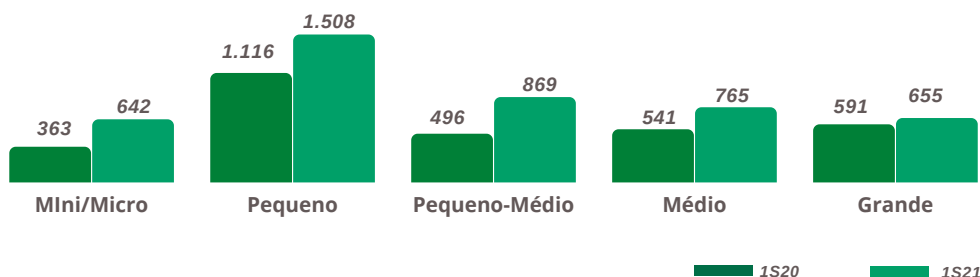
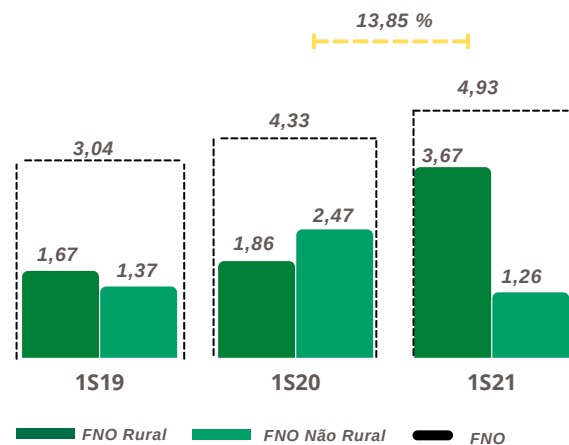
A partir de uma visão com foco na sustentabilidade, o Banco e o FNO contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com vistas à efetivação de políticas públicas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Dos R\$ 8,63 bilhões de Recursos do FNO destinados a investimento na região, R\$ 4,93 bilhões já foram aplicados, o que representa mais de 57% do valor destinado. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as operações contratadas do FNO aumentaram em 13,85%.

Das aplicações realizadas no 1º semestre, os empreendimentos do setor rural demandaram R\$ 3,67 bilhões (74%) e os empreendimentos dos demais setores R\$ 1,26 bilhão (26%) do valor contratado. O setor rural teve um crescimento de 97% em comparação ao 1º semestre de 2020 quando foi contratado R\$ 1,86 bilhão.

Em observância as diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no 1º semestre de 2021 contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores. Priorizados os de menor porte – mini, pequeno e pequeno - médio, totalizando R\$ 3,0 Bilhões.

Os segmentos produtivos de menor porte aplicaram 68% do financiamento total, exceto as contratações em apoio à infraestrutura, no valor de R\$ 449 milhões. Comparativamente ao exercício de 2020, quando os segmentos produtivos de menor porte contrataram R\$ 1.975 milhões, verifica-se um crescimento de 53% na demanda de recursos, fato que ratifica o compromisso do Fundo com o atendimento preferencial aos segmentos de menor porte.



Tendo em vista a importância do tema da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) para o ano de 2021, o Banco da Amazônia lançou os empreendimentos Verdes que compõe as linhas do FNO Verde.

Práticas sustentáveis em empreendimentos rurais e urbanos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

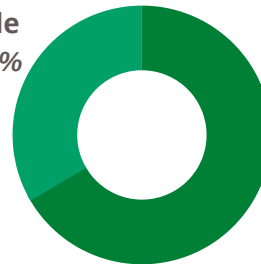
FNO VERDE



Com isso o Banco visa conscientizar os agentes dos setores produtivos da Amazônia, que investir em itens ecologicamente sustentáveis e processos produtivos mais limpos, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e buscar reduzir os impactos negativos no planeta, também possibilita a criação de novos mercados e agrega valor aos seus produtos e a sua marca impactando no aumento de lucro.

No 1º semestre de 2021, o Banco da Amazônia, através do FNO, financiou R\$ 1,65 bilhão, para as linhas do FNO Verde, o que representa 33,5% das operações contratadas do FNO.

Verde
35,5%



Tradicional
65,5%

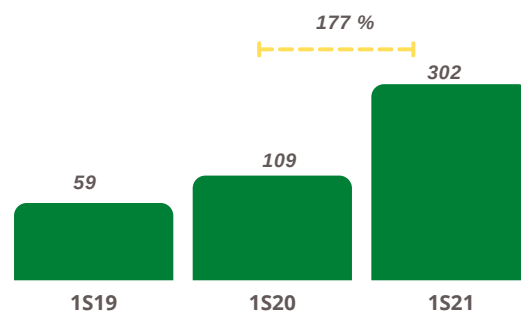
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RESULTADOS

Lucro Líquido
R\$ 302,64
milhões

Variação
177,82%

Em relação ao 1S20



O lucro líquido foi de R\$ 302,64 milhões no 1S21, aumento de 177,0% em relação ao 1S20. O resultado foi impactado pelo aumento do resultado da intermediação financeira decorrente da redução da provisão e resultado não operacional.

Apresentamos a seguir os principais números relativos ao nosso desempenho no semestre.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em Mil R\$	1S21	1S20	Δ %
Receitas da Intermediação Financeira	512.594	537.554	-4,64%
Despesas da Intermediação Financeira	(296.069)	(373.643)	-20,76%
Resultado da Intermediação Financeira	216.525	163.911	32,10%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	220.598	76.457	188,53%
Resultado Operacional	437.123	240.368	81,86%
Resultado Não Operacional	233.768	674	34583,68%
Resultado Antes dos Tributos e Participações	670.891	241.042	178,33%
Tributos sobre o Lucro	(368.253)	(132.107)	178,75%
Lucro Líquido	302.638	108.935	177,82%
Lucro por ação	10,20840	3,67453	177,82%

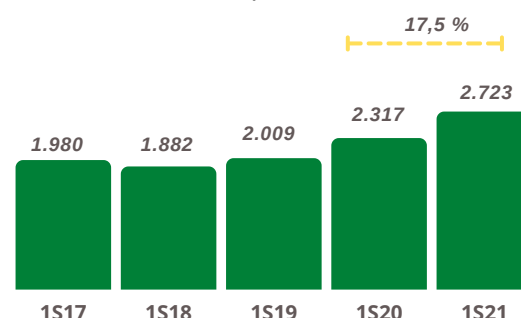
Com o maior resultado alcançado para o período, o Banco da Amazônia encerrou o 1º semestre de 2021 com lucro líquido de R\$ 302,6 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 108,9 milhões no 1º semestre de 2020. O Resultado Operacional foi superior em 81,9%, registrando R\$ 437,1 milhões (R\$ 240,4 milhões no 1º semestre de 2020) motivado pela elevação nas receitas operacionais, destaque para a receita Del Credere, que aumentou em função do maior volume de operações contratadas com risco integral e consequentemente maior remuneração, bem como o crescimento das tarifas de prestação de serviço. A redução em despesas de intermediação financeira, também contribuiu para o alcance do resultado histórico.

O Resultado não Operacional registrou R\$ 234,0 milhões (R\$ 0,7 milhões no 1º semestre de 2020) em razão do recebimento de valores relativos aos pleitos da ação judicial com a Empresa BBTS Tecnologia, com desfecho de êxito para o Banco.

Cumprindo o disposto no art. 202 da Lei 6.404/76, combinada com a Resolução CMN nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020, a distribuição de resultados no 1º semestre de 2021, provisionou 25% a título de Dividendos Obrigatórios, R\$ 72,0 milhões (R\$ 26,0 milhões no 1º semestre de 2020).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco encerrou o 1º semestre de 2021 com Patrimônio Líquido de R\$ 2.723 milhões, apresentando uma elevação de 17,5% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 2.317 milhões). O valor patrimonial, que é o valor do Patrimônio líquido/Quantidade de ações, encerrou o 1º semestre no valor de R\$ 91,85, contra 78,1 do 1º semestre de 2020.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

	1S21	1S20	Δ %
ROE	25,04%	9,91%	152,80%
ROA	2,91%	1,06%	174,53%
IEO	56,14%	73,75%	-23,88%
ICP	18,86%	32,56%	-42,08%

Comentário do Desempenho

O ROE demonstra a capacidade do Banco de agregar valor à empresa, que consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, representando retorno aos acionistas. No 1º semestre de 2021 o Banco apresenta uma rentabilidade de 25,04% que, comparando-se com o resultado do mesmo período do exercício anterior (9,91%) apresenta uma variação de 152,80%.

Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado em relação ao 1º semestre de 2020, destaca-se o crescimento das Receitas de Operações de Crédito de 19,44%, decréscimo de 26,6% nas Despesas de Provisão, redução nas outras Despesas Administrativas de 7,7% e o incremento no Resultado Não Operacional mediante devolução de valor pela Empresa BBTS Tecnologia.

O ROA tem como objetivo identificar a capacidade que o ativo do Banco tem de gerar resultados, sendo calculado a partir da relação entre Lucro Líquido/Ativos Totais. No 1º semestre de 2021, O Banco da Amazônia apresentou ROA de 2,91%, contra 1,06% no mesmo período do ano anterior, elevação de 174%, demonstrando neste índice, crescimento na capacidade de geração de lucros dos seus ativos.

O Índice de Eficiência (IEO) visa mensurar o nível de cobertura das Despesas Totais do Banco (Despesas de Pessoal e Demais Administrativas) em relação a geração de receitas obtidas pela atividade operacional do Banco. No 1º semestre, o Banco apresenta um resultado de 56,14% do Índice de Eficiência, comparando-se com o mesmo período anterior (73,75%) apresenta um incremento de 31,37% (quanto menor, melhor).

O ICP é a razão entre o volume de Despesas de Provisão e o volume de Receitas de Crédito. Este índice expressa o quanto as Receitas de Créditos foram consumidas pelas Despesas de Provisão. No 1º semestre de 2021 o ICP foi de 18,86%, redução de 42,08% em relação ao mesmo período do exercício anterior que foi de 32,56%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CRÉDITO DE FOMENTO

No 1º semestre de 2021 o Banco contratou R\$ 5,29 bilhões, crescimento de 16,1% em relação ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 4,56 bilhões. Os financiamentos concedidos, contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores, promovendo assim a redução das desigualdades intra e inter-regionais na Região Amazônica.

A expansão do crédito, está relacionada principalmente ao setor rural que demandou R\$ 3,6 bilhões (97% de crescimento em relação a 2020).

Priorizando a sustentabilidade, o Banco incentiva empreendimentos voltados para as linhas verdes nos segmentos rural, empresarial e de infraestrutura.

Em relação a liberação do crédito no fomento neste 1º semestre, o Banco liberou R\$ 5,18 bilhões, aumento de 47,01% em relação a 2020, acréscimo de R\$ 3,47 bilhões.

Esse desempenho foi possível pela implantação de novas ferramentas de crédito, inclusive na plataforma digital, bem como na simplificação de processos e ações de mobilização da rede de atendimento.

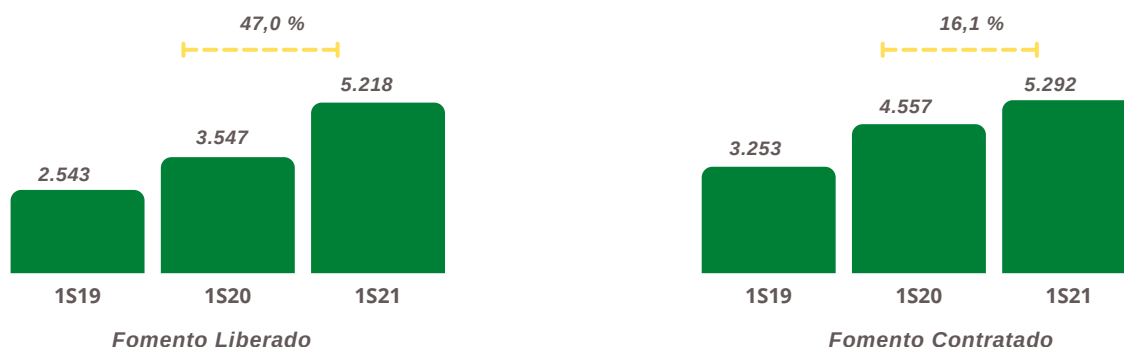
**R\$ 5,29 Bilhões
em contratações**

**R\$ 5,18 Bilhões
liberados**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



PLANO SAFRA 2021/2022

O Banco da Amazônia contratou 6,5 bilhões no plano safra 2020/2021, batendo recorde em contratações, em relação ao plano safra 2019/2020 quando foi contratado 4,34 bilhões, um crescimento de 51%.

Para o plano safra 2021/2022, o Banco disponibilizará para o agronegócio da região amazônica 7 bilhões. Deste montante, 4 Bilhões serão destinados ao mini, pequeno e agricultor familiar.

CRÉDITO DE APOIO AO PEQUENO PORTE

No 1º semestre contratamos de R\$ 3,05 bilhões, aumento de 51% comparando ao mesmo período de 2020, acréscimo de R\$ 2,02 bilhões.

Seguindo as diretrizes do FNO, o resultado apresentado demonstra a preocupação do Banco da Amazonia de priorizar os segmentos produtivos de menor porte (microempreendedores individuais, pequenos e médios empreendedores) e agricultura de base familiar.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

No 1º semestre de 2021, o Banco da Amazônia contratou R\$ 229 milhões no Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), um crescimento de 81,58%, comparado ao realizado no mesmo período de 2020 e liberados R\$ 204 milhões, beneficiando renda e produção a diversos agricultores familiares na Amazônia com aumento de 62,90 % em relação ao ano anterior.

Este aumento foi ocasionado em função da utilização da nova plataforma BASA DIGITAL e das ações de OFERTA ATIVA DE CUSTEIO para a operacionalização do PRONAF de forma mais ágil e flexível.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

No 1º Semestre de 2021 o Banco da Amazônia aplicou no segmento Microempreendedores Individuais, o montante de R\$ 1,39 milhão. Em comparação ao mesmo período do ano passado, quando o Banco aplicou R\$ 1,97 milhão, percebe-se uma redução de 30%, causada principalmente pelos impactos atuais de calamidade pública ocasionada pela pandemia do COVID-19 nas áreas urbanas da Amazônia, onde encontrar-se localizada o maior percentual dos Empreendedores Individuais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho



MICROFINANÇAS - PROGRAMA MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – AMAZÔNIA FLORESCER

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer, atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), responsável pela operacionalização do programa. O Programa é desenvolvido por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares, no local onde esses desenvolvem suas atividades; envio de propostas de crédito ao Banco da Amazônia; bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança.

Programa Amazônia Florescer Urbano

No 1º Semestre de 2021 o Programa Amazônia Florescer atuou no microcrédito urbano atendendo 29.262 empreendedores populares, aplicando o montante de R\$ 101 milhões, um aumento de 170% em relação ao 1º Semestre de 2020, ocasião em que foi aplicado o valor de R\$ 37,35 milhões. Este aumento foi devido a melhorias e simplificações na concessão do crédito, bem como devido a abertura de 10 novas Unidades de Microfinanças no final de 2020.

Programa Amazônia Florescer Rural

No 1º Semestre de 2021 foram atendidas as necessidades de microcrédito de 1.102 agricultores familiares e aplicado o montante de R\$ 5,46 milhões, um aumento de 38% em relação ao 1º Semestre de 2020 onde foi aplicado R\$ 3,95 milhões. Desde o início de suas atividades, em 2009, o Amazônia Florescer já contabiliza 37.100 agricultores contemplados com o crédito e um montante aplicado da ordem de 120 milhões de reais.

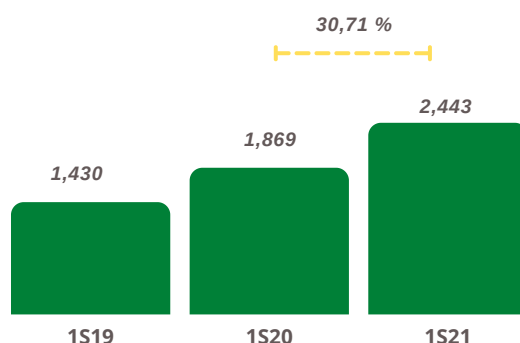
PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA

Em conformidade com os projetos de infraestrutura indicados pelo governo federal como prioritários registrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Banco da Amazônia aplicou 449 milhões nos setores de Logística e de Energia no 1º semestre de 2021.

O Banco da Amazônia seguindo as principais estratégias de Desenvolvimento Regional, apoia atividades econômicas no âmbito de Infraestrutura que propiciam a integração regional e nacional, como projetos financiados em setores de saneamento, energia, portos e aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, entre outros.

CRÉDITO COMERCIAL

O Saldo da carteira comercial no primeiro semestre de 2021 alcançou R\$ 2,44 bilhões, enquanto no mesmo período de 2020 a carteira apresentava R\$ 1,87 bilhão, crescimento de 30,71%.



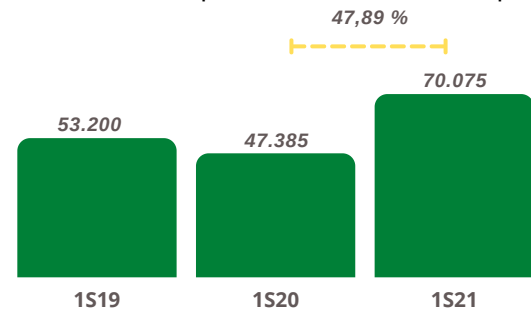
Comentário do Desempenho**CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

Finalizamos o 1º semestre com o saldo de R\$ 5,73 bilhões, crescimento de 19,62%, comparativamente ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 4,79 bilhões. Incremento resultante da elevação do depósito à vista, proporcionado dentre outros motivos pelos novos serviços digitais.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

No 1º semestre o Banco alcançou o volume recuperado de R\$ 70,07 milhões, crescimento de 47,89%, em relação ao período de 2020, que foi de R\$ 47,38 milhões. Impactado principalmente pelo aumento das recuperações de crédito na carteira de fomento. O destaque foi na recuperação da carteira do FNO que alcançou R\$ 42,3 milhões, elevação de 62% quando comparado com o mesmo período do ano anterior que registrou R\$ 26,2 milhões.

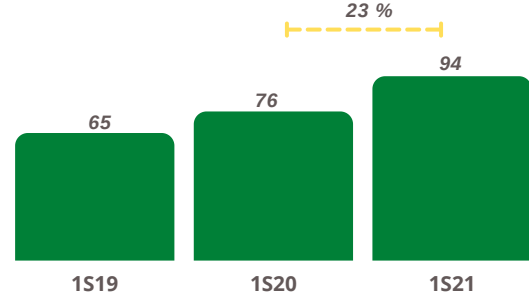
Dentre os principais fatores estão a atualização das regras de renegociação de dívidas oriundas de recursos próprios, ampliação da atuação do Comitê de Operações Estratégicas e alinhamento das áreas de cobrança com a área jurídica do Banco, que permitiu movimentação dos processos ajuizados e celebração de acordos.

**RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Crescimento de 18,0%, encerrando o semestre com o montante de R\$236,4 milhões, quando comparado ao valor de R\$200,3 milhões obtido no 1º semestre de 2020. As maiores variações foram observadas nas modalidades de Financiamentos Rurais e Empréstimos.

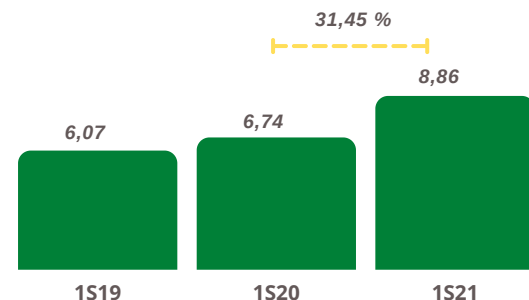
RECEITAS DE TARIFAS

No 1º semestre de 2021, o Banco alcançou o valor de R\$ 94 milhões em receita de tarifas, contra R\$ 76 milhões no mesmo período de 2020, crescimento de 23%. Dentre os principais fatores para a expansão das tarifas está a expansão do crédito de fomento e maior controle de cobrança.

**RECEITAS DE SEGURIDADE**

As Receitas de seguridade no 1º semestre, alcançou o valor de R\$ 8,86 milhões contra R\$ 6,74 milhões no mesmo período de 2020 significando uma elevação de 31,45%.

Os principais fatores foram o direcionamento estratégico com lançamento de campanhas e premiação de vendas de produtos, com foco nos ramos de seguro de vida, capitalização, previdência, patrimonial e seguros voltados ao agronegócio como seguros riscos diversos de máquinas/equipamentos e seguro empresarial.

**OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

O Banco reduziu em 7,7% as outras despesas administrativas, encerrando o semestre com R\$ 129,0 milhões (R\$1 39,7 milhões no 1º semestre de 2020), com destaque no decréscimo nas despesas com Processamento de Dados, Promoções e Viagens e Comunicação. A queda entre os períodos é decorrente de ações de controle de custos e melhora na eficiência operacional implementadas pelo Banco, mesmo durante o momento atípico de contingência, causado pela pandemia da COVID 19.

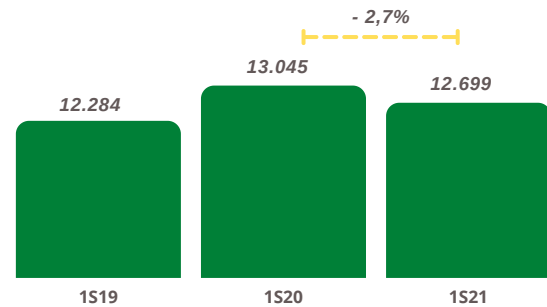
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM)

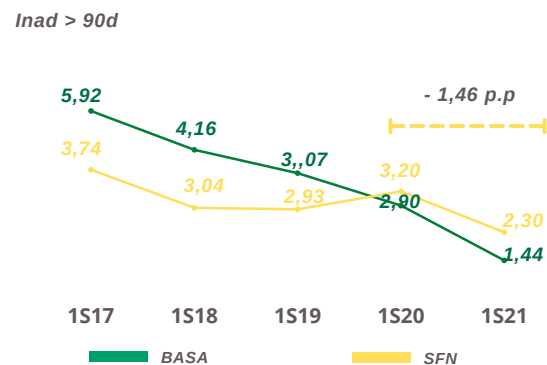
Ao final do 1º semestre de 2021, a carteira de TVM alcançou o montante de R\$ 12.699 milhões, o que representa um volume de recursos 2,7% menor que o registrado ao final do 1º semestre de 2020 que era de R\$ 13.045 milhões. Importante destacar que essa redução ocorreu em razão do maior volume de liberação de recursos da tesouraria para fazer frente ao crescimento da carteira de crédito.



A Receita das operações com Títulos e Valores Mobiliários atingiu o valor R\$ 247,9 milhões em 30 de junho de 2021, face a R\$ 283 milhões no mesmo período de 2020, representando uma redução nos rendimentos da carteira de TVM da ordem 12,4% quando comparados os dois períodos. Essa queda nos rendimentos da Carteira de Tesouraria do Banco se deu em razão do forte crescimento da carteira de crédito de fomento do Banco que ocasionou em uma diminuição considerável do disponível do FNO, o que provocou uma redução no volume de recursos alocados na Tesouraria da Instituição.

INADIMPLÊNCIA E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS (PCLD)

O Comportamento da inadimplência na carteira de crédito do Banco manteve-se em uma trajetória de queda, puxada pela implementação de novos instrumentos de renegociação para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, estabelecendo prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através de Circulares de Renegociação 2021/01 e 2021/18, com significativo alcance das operações de fonte FNO e Recursos Próprios Livres – RPL, bem como pelas ações de monitoramento e cobrança com uso de novas ferramentas automatizadas, tais como o Sistema de Acompanhamento de Crédito e gestão pontual das operações vencidas



No que diz respeito à PCLD foi registrado uma redução de 26,6%, encerrando o 1º semestre de 2021 com montante de R\$ 142,7 milhões ante R\$ 194,5 milhões no 1º semestre de 2020, valor esse composto pelas provisões da Carteira Banco que registrou R\$ 68,7 milhões (R\$ 56,7 milhões no 1º semestre de 2020) e provisão de crédito do FNO que registrou R\$ 74,0 milhões em relação a R\$ 137,8 milhões no 1º semestre de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

Essa redução de 26% no volume de PCLD está relacionada diretamente com os processos de melhoria implementados na gestão da carteira de crédito, bem como as medidas de enfrentamento da pandemia que vem sendo utilizadas pela Instituição (circulares, ferramentas, plataformas, novos produtos e outros), assim como, as ações de cobrança que foram ampliadas.

Em face da manutenção de um cenário de baixa recuperação da atividade econômica, para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, o Banco da Amazônia concedeu, neste semestre, prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através das Circulares de Renegociação, que tiveram significativo alcance nas operações do FNO e de Recursos Próprios Livres - RPL.

Redução de 26% nas Despesas de Provisão

Em relação ao 1S20

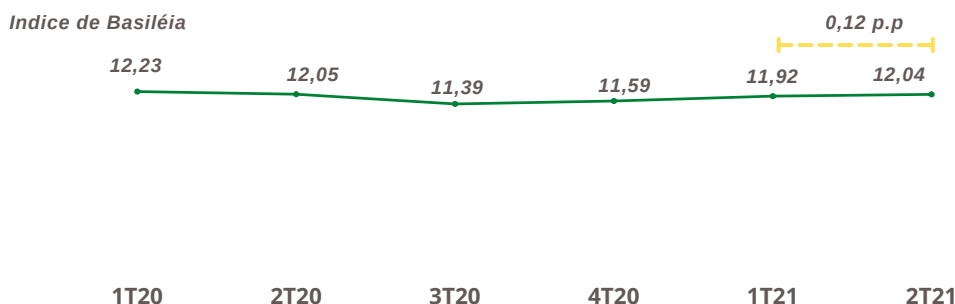
GESTÃO DE CAPITAL

O Banco Amazônia faz gestão do capital regulamentar embasado nas diretrizes do acordo de Basileia III, sendo que o Índice de Basileia é o principal indicador de gestão do nível do capital, e é calculado pela relação entre Patrimônio de Referência e o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

O Índice de Basileia do Banco da Amazônia foi de 12,04 % em 30 de junho de 2021. O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), foi de R\$ 26.950 milhões, crescendo 16% (R\$ 23.086 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior e crescendo 8% (R\$ 25,032 milhões) em relação a 31/12/2020, por consequência do aumento da concessão de crédito.

O Banco da Amazônia mantém controle permanente do nível de capital regulamentado, através das faixas de tolerância com as áreas de risco, controle, orçamento e esferas colegiadas estratégicas de decisão. Adicionalmente realiza o monitoramento do Índice de Basileia para mantê-lo em patamar superior à exigência legal.

O Banco possui o Plano de capital, com projeções, acompanhamento destas projeções em relação ao que é efetivamente realizado para subsidiar a gestão na manutenção do capital nos níveis desejáveis. Importante destacar que as atuais projeções já consideram os efeitos decorrentes da edição da MP 1052.



ACÓRDÃO TCU 56.2021

Para atendimento da decisão do Acórdão TCU 56.2021, no que diz respeito ao Banco da Amazônia, foi projetado diversos cenários de impacto e está em definição com o Tesouro Nacional a forma e o cronograma para cumprimento dos termos do Acórdão.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º SEMESTRE DE 2021
Comentário do Desempenho
RATINGS

A nota atribuída ao Banco da Amazônia pela agência de classificação de risco Fitch Rating reflete o bom desempenho operacional e a qualidade da administração da Instituição.

Para a agência, o Banco da Amazônia é estrategicamente importante para a região, servindo como agente financeiro e desempenhando papel importante na promoção do desenvolvimento através de serviços e concessão de créditos.

O relatório da agência de risco Fitch Rating está disponível na página do RI no site bancoamazonia.com.br

	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Escala Nacional	AA (bra)	F1+(bra)	Estável
Moeda Local	BB-	B	Estável
Moeda Estrangeira	BB-	B	Estável

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital do Banco da Amazônia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

A União é o acionista majoritário, com participação de 95,8% no capital social, sendo 51,0% de forma direta e 44,8% de forma indireta e, 4,2% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado (*Free float*).

Acionista	Qtd	% do Capital
União	28.400.557	95,80%
Administração Direta	15.119.443	51,00%
Administração Indireta	13.281.114	44,80%
FI Caixa FGEDUC Multimercado	10.427.301	35,17%
BB FGO - Fundo de Investimento em Ações	2.853.813	9,63%
Free float	1.245.410	4,20%
Total	29.645.967	100,00%

Base: 30/06/2021

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - JCP

No mês de maio, o Banco distribuiu R\$ 77.032.496,49 (R\$ 2,598414027 por ação), referente ao exercício de 2020.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa integra o modelo de gestão do Banco da Amazônia e permite a definição e organização das atribuições e das relações entre os agentes de governança, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho da empresa e proteger os direitos de todos os públicos de relacionamento. Por meio dela, são promovidas a responsabilização e assertividade no processo decisório, além de melhoria constante nas relações com a sociedade e da garantia de disciplina na abordagem de temas críticos.

Aderente às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e as disposições das Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, o Banco da Amazônia está alinhado com as melhores práticas de governança corporativa adotadas por empresas brasileiras de capital aberto, possuindo em sua estrutura Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Ouvidoria, e comitês de apoio e assessoramento ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia é composto por 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pelo Ministro de Estado da Economia; 1 (um) representante dos empregados, 1 (um) representante dos acionistas minoritários e o Presidente do Banco. Na atual composição, destaque para a qualidade e independência de seus membros, onde o Banco possui 3 (três) de seus membros independentes, todos com larga experiência profissional e com uma ampla atuação em conselhos de administração e conselhos fiscais de empresas públicas e privadas. O Conselho de Administração tem prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente do Banco e 5 (cinco) Diretores Executivos, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Importante destacar a composição mista da atual Diretoria, possuindo 4 integrantes que são empregados de carreira do Banco, incluindo o Presidente, e outros dois integrantes vindos de mercado. Tal composição é de grande valia para a Instituição, aliando a experiência e conhecimento histórico do Banco com uma visão e *know how* externo dos demais membros, resultando em visões complementares e que contribuem para uma gestão de alta qualidade do Banco.

O Comitê de Auditoria – COAUD é composto de 3 membros efetivos, em sua maioria independentes, com mandato de três anos não coincidentes para cada membro, permitida uma eleição. Os atuais membros são todos profissionais certificados, com formação em contabilidade e/ou auditoria que são requisitos necessários para compor esse comitê e, ainda, com larga experiência na área financeira e de auditoria.

Em 24 de abril foi realizada a assembleia geral ordinária de acionistas do Banco que reconduziu os atuais membros do Conselho de Administração para mais um período de gestão de 2 anos, com uma única alteração, a substituição do representante dos minoritários.

Para o gerenciamento eletrônico de reuniões colegiadas, foi implantada a ferramenta *Atlas Governance* que inicialmente passou a atender ao Conselho de Administração e aos Comitês de apoio, dando mais transparência, organização e celeridade às atividades do Conselho.

GESTÃO DA INTEGRIDADE E CORREIÇÃO

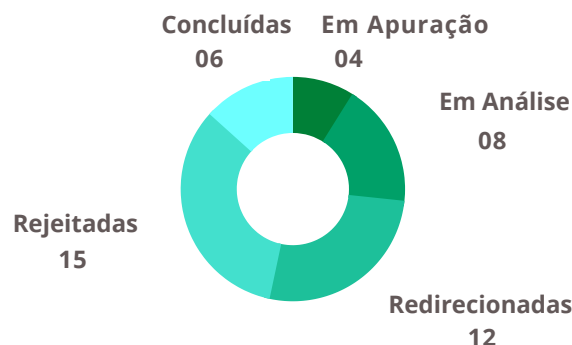
O Programa de Integridade do Banco da Amazônia foi elaborado em aderência às exigências legais de prevenção e combate à corrupção constantes na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e está pautado em cinco pilares, que perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações da Controladoria Geral da União (CGU).

A Gerência de Controle Interno, subordinada a Diretoria de Controle e Risco, é a unidade responsável pela Gestão do Programa de Integridade no Banco.

O Programa está alinhado aos normativos do Banco, e tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, pela Alta Administração, empregados, colaboradores, fornecedores e terceirizados do Banco da Amazônia, garantindo a aplicação efetiva do código de Ética, Política de Gestão de Pessoas, Regime Disciplinar e demais regulamentos.

Na aplicação prática do dia a dia, o cumprimento de leis, dos códigos de ética e de conduta e dos normativos internos, representam um compromisso ético com os objetivos, metas, missão e valores da Instituição na busca da qualidade e transparência

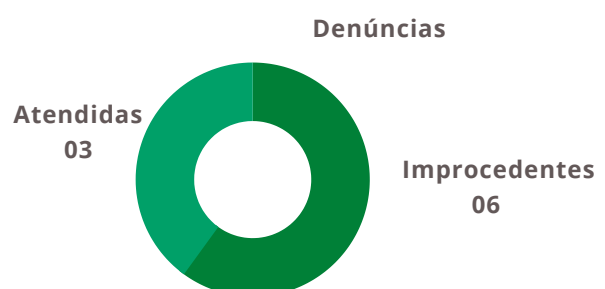
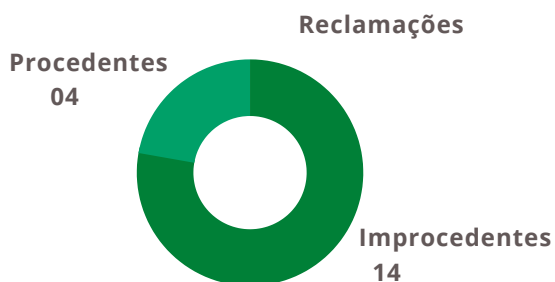
Neste 1º semestre o canal de denúncias recebeu 45 denúncias, distribuídas conforme gráfico abaixo:



OUIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco, propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços.

No primeiro semestre de 2021, a Ouvidoria recebeu 28 demandas, sendo: 18 reclamações, 9 denúncias e 1 sugestão; todas respondidas no prazo regulamentar.

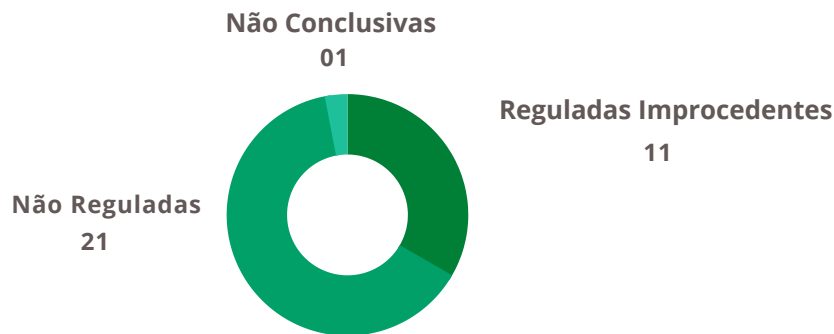


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria atende aos pedidos de informações públicas relacionadas às atividades do Banco da Amazônia, em consonância com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação - LAI. No período foram recebidas no SIC: 36 demandas, sendo todas respondidas no prazo regulamentar.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR, do Banco Central, 33 registros de reclamação, distribuídas da seguinte forma:



No canal consumidor.gov, mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor e vinculado ao Ministério da Justiça foram recebidas 30 demandas, todas respondidas no prazo regulamentar.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, exerce atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, na condição de terceira linha no processo de gerenciamento de riscos e controles. Suas ações visam aumentar e proteger o valor organizacional.

Durante o 1º semestre, a Auditoria Interna executou avaliações previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) 2021, com destaques aos trabalhos sobre: Gestão da Carteira de Crédito do Banco; Processo de Prevenção de Lavagem de Dinheiro, com Ênfase nas Operações de Câmbio; Administração de Pessoal, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; Estrutura de Governança e de Controles Internos da Entidade Fechada de Previdência Complementar; além de realizar 27 apurações de responsabilidades.

No cumprimento das atividades de relacionamento governamental protocolou e acompanhou, até 30/6/2021, 48 solicitações/demandas de órgãos externos de fiscalização e controle, das quais 47 foram atendidas e uma encontra-se em prazo de atendimento.

GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco da Amazônia é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (*Risk Appetite Statement*) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - *Chief Risk Officer*, perante o BACEN.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º SEMESTRE DE 2021**Comentário do Desempenho**

O Banco cumprindo sua missão com a Sociedade, através do Gabinete de Crise com a participação, também, da área de riscos, realizando monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento do COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para decidir sobre as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.

Alinhado com o cenário atual, o Banco aprimorou suas políticas e seu apetite a risco em virtude do cenário econômico, reviu suas projeções de capital e, deste modo, atualizou os cenários de risco e plano de capital.

CONTROLES INTERNOS

O Banco da Amazônia possui uma sólida estrutura de governança e controles internos que coadunam para garantir a consecução dos seus objetivos e que tem proporcionado mecanismo de auxílio para tomadas de decisão e sustentabilidade dos seus resultados. A empresa tem promovido, internamente, disseminação da cultura de controle, integridade e ética.

A disseminação de conhecimentos em relação aos controles e *compliance* procura orientar, sensibilizar e capacitar tecnicamente os empregados para que a Instituição mantenha sucesso no fortalecimento da gestão de riscos. Nesse sentido, o Banco da Amazônia disponibiliza aos seus empregados orientações e treinamentos, sobre diversos temas, dentre eles, Ética, Controles Internos, *Compliance*, Lei Geral de Proteção de Dados, Gestão de Crédito, Segurança e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

A Instituição possui uma Política de Controles Internos que está fundamentada nas boas práticas de mercado e tem como referência o *framework* COSO Estrutura Integrada. A política é aplicada a todos os empregados, terceirizados, dirigentes e conselheiros da Instituição e tem por objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades que fundamentam e orientam a promoção da governança e prevenção a riscos.

O Banco da Amazônia também possui uma Política de *Compliance* que tem por objetivo estabelecer diretrizes a serem seguidas por todos os colaboradores, dirigentes e conselheiros e prestadores de serviços terceirizados relevantes. Dentre os princípios da política está que a instituição promoverá a adoção de elevados padrões éticos e de integridade e uma cultura forte de controles nas atividades regulares que demonstre e enfatize a todos a importância dos controles internos e a responsabilidade em relação ao risco de *compliance*.

O Sistema de Controles Internos do Banco da Amazônia está presente, funcional e aderente às boas práticas de mercado e regulamentações vigentes e está condizente com a estratégia, porte, riscos, natureza e complexidade das suas operações.

SEGURANÇA CORPORATIVA

O processo de segurança corporativa tem como objetivo gerir a segurança corporativa do Banco observando os requisitos legais, de controle, buscando a prevenção e mitigação de ameaças com o objetivo de resguardar a integridade das pessoas, das informações, dos ativos físicos e financeiros e da imagem da Instituição. Para tal, o Banco dispõe de área subordinada à Diretoria de Controle e Risco que atua nos seguintes macroprocessos: Segurança Bancária e Patrimonial, Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Combate à Ilícitos (antifraudes, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quebra de sigilo bancário etc.), Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dentre outros processos correlatos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

SEGURANÇA PATRIMONIAL E BANCÁRIA

Foi iniciado processo de monitoramento integrado de segurança, passando a dispor de novas camadas de controle integradas à gestão e mitigação de riscos de ataques às unidades da Rede de Distribuição, contando com centrais especializadas por processo monitorado.



SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Foi implementado processos voltados à Segurança na Contratação de Serviços que regulamenta os procedimentos relativos à terceirização de serviços da instituição para contemplar, inclusive, os dispositivos estabelecidos na Resolução 4.658/2018 (atual Resolução 4.893/21) no tocante à contratação de serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. O processo define diretrizes e procedimento a serem seguidos pela equipe de planejamento da contratação segregando as contratações em: serviços de qualquer natureza; serviços de tecnologia da informação; e serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem.

Sob a ótica de Segurança da Informação, foi iniciado processo de modelagem de serviços de monitoramento e controle 24x7 de tentativas de intrusão e vulnerabilidades que será implantado no final de 2021.

Ambas as ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Banco sob a ótica de *Cibersecurity*.

GESTÃO E COMBATE A ILÍCITOS

Compondo as ações estratégicas de Controles e Riscos, o Banco dá mais um importante passo no processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) implementando conjunto de Políticas que definem o modelo de atuação do Banco, a saber:

- Política Conheça Seu Cliente (KYC): definindo diretrizes aos controles de PLD/FT quanto à Identificação, Qualificação, Classificação e Relacionamento com clientes;
- Política Conheça Seu Colaborador (KYE): definindo diretrizes de Classificação e Monitoramento em aspectos de exposição à LD/FT permeando também por aspectos de anticorrupção e fraudes em relação aos: empregados, dirigentes, estagiários, menores aprendizes, membros de comitês do COAUD;
- Política Conheça Seu Parceiro de Negócio (KYP): definindo o escopo e abrangência de Parceiros do Banco alinhados às diretrizes de Identificação, Qualificação, Classificação e interrelação com nossos clientes e processos de negócio sob a ótica de LD/FT permeando também por aspectos de anticorrupção e fraudes;
- Política Conheça seu Fornecedor e Prestador de Serviço (KYS): definindo diretrizes aos controles de PLD/FT, grau de exposição à riscos LD/FT quanto ao relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços, dentre outros aspectos como: Identificação, Qualificação, Classificação e Monitoramento sob a ótica de LD/FT permeando também por aspectos de anticorrupção e fraudes;
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT): que foi revisada visando integrar às demais Políticas e controles do modelo de atuação em PLD/FT do Banco.

Integrado às novas Políticas foi implementado no site Institucional a página de PLD/FT, disseminando à sociedade, clientes, parceiros, fornecedores, colaboradores, dentre outros as boas práticas de atuação e combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo aplicadas pelo Banco.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º SEMESTRE DE 2021**Comentário do Desempenho**

Na página PLD/FT, o usuário terá acesso sobre estratégia nacional (ENCCLA), COAF, Canal de Denúncia e ao Guia BASA de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo que deverá ser disseminado aos intervenientes do processo a partir de orientação específica a ser divulgada em breve.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

A Lei 13.709/2018 (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O Banco da Amazônia adota as melhores práticas para preservar a privacidade e proteger os dados pessoais de seus clientes, os quais são armazenados de acordo com rígidos padrões de segurança.

Os dados pessoais são tratados para propósitos legítimos e informados por meio de avisos ou políticas de privacidade, e amparados em bases legais constantes na legislação.

No 1º semestre foi concluída a fase diagnóstico do projeto corporativa LGPD que tem por objetivo o compliance dos processos organizacionais do Banco à Lei 13.709/2018. A partir do diagnóstico foi possível identificar os gaps e oportunidades de melhorias nos processos de primeira e segunda linhas, tendo a constituição de plano de ação em execução com ações estruturantes com vias a mitigar os riscos de privacidade mapeados no diagnóstico.

Para o próximo semestre podemos destacar a modelagem e início do processo de contratação do serviços MSS que passará a monitorar as vulnerabilidades e tentativas de intrusões, gerando maior controle e mitigação de riscos de segurança, modelagem do monitoramento e classificação de risco LD em compliance à Circular BACEN 3.978/20 e revisão do processo de classificação e tratamento da Informação englobando aspectos de privacidade, descartes seguros de informações e dados, Revisão da Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética englobando aspecto de proteção de dados pessoais, dentre outros.

REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do 1º semestre de 2021, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências e 119 unidades, sendo 118 agências e 1 Posto de Atendimento Avançado.



Presente nos 9 Estados da Amazônia Legal

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

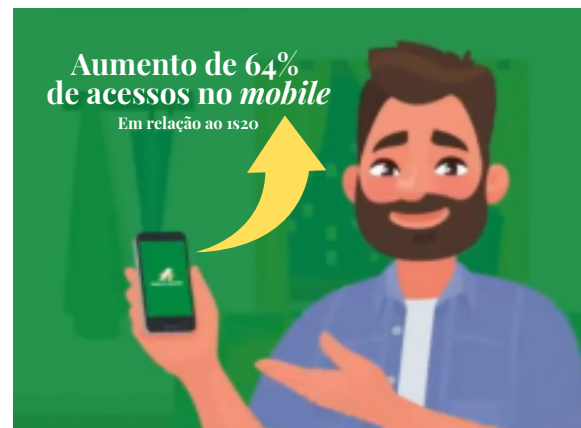
CANAIS DE ATENDIMENTO

Os clientes do Banco da Amazônia possuem amplo acesso a diversos produtos e serviços com facilidade e praticidade. Além da Rede Própria de Atendimento, destacamos os canais de Mobile e Internet Banking e, ainda, o acesso a rede compartilhada, através dos terminais de autoatendimento do Banco 24 horas, da Rede Saque Pague e ATM 24 hs espalhados por todo o país.

Canais de Atendimento	1S21	1S20	▲ %
Atendimento Físico (Caixa Físico)	2.214.319	2.481.048	-10,75%
Internet Banking	322.560	368.660	-12,50%
Mobile	1.515.690	922.574	64,29%
Caixas Eletrônicos (BASA)	2.287.472	2.701.780	-15,33%
Caixas Eletrônicos 24 h	104.350	113.997	-8,46%
Caixas Eletrônicos (Saque Pague)	2.140	-	-

Sempre atento a evolução do mercado bancário e no bem-estar, conforto e segurança dos seus clientes e usuários, o Banco da Amazônia ampliou suas alternativas de atendimento eletrônicos, objetivando novas tecnologias para completar as demandas necessárias dos consumidores no período de pandemia do Coronavírus, são elas:

- **APP Sua conta BASA:** Canal criado para abertura de Conta Corrente Pessoa Física e Jurídica 100% digital. Acesso fácil e descomplicado ao serviço qualquer hora do dia sem a necessidade de ir à agência; O acesso dos clientes ao Banco pelo mobile e internet Banco apresentou neste semestre um crescimento exponencial, em torno de 64%, no volume de acesso e transações, conforme destaque na figura abaixo;
- **BASA Digital:** Canal digital para contratação de financiamento para agricultores familiares - Pronaf e empréstimo para o microcrédito produtivo orientado - MPO;
- **Atendimento pelo WhatsApp e Relacionamento BASA:** Canais de atendimento criados para que os clientes e usuários tenham informações rápidas com respostas automáticas sobre os produtos e serviços do Banco sem sair de casa.



1,8 milhão de acessos e R\$ 9,5 bilhões em transações pelo mobile e internet banking

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A área de tecnologia da informação do Banco da Amazônia tem executado ações com foco na inovação, modernização tecnológica, redução de custos e otimização da eficiência operacional, buscando sempre o alinhamento com as estratégias corporativas declaradas no Planejamento Estratégico Institucional vigente.

Também alinhado a esse instrumento de planejamento, a área de TI tem suas estratégias declaradas no Plano Diretor de TI, que tem como foco principal avançar com a inovação e modernização dos processos de negócios do Banco tendo como um dos seus pilares a Tecnologia.

O Banco segue com sua modernização e inovação Tecnológica, bem como as ações de mitigação de risco e Governança de TI e tecnológica, as quais podemos destacar:

- Implantação de novos recursos na solução core de rede, com capacidade de integração de diversas ferramentas de rede e aplicações, bem como implementação adicional de segurança nos ambientes de TI, através de políticas específicas, seguindo as melhores recomendações e boas práticas utilizadas no mercado;
- Realização de upgrade nos links de circuitos MPLS da Redes de Agências, com o incremento de no mínimo o dobro da velocidade. Até 30/06 foram revisados 96 de 127 circuitos, duplicando e algumas vezes triplicando a velocidade dos links;
- Redução nos custos de telecomunicações de 1,8MM mensal para 0,55MM mensal, no contrato da rede wan.;
- Implementação de ferramenta de segurança no ambiente da rede privada, protegendo todos as estações de trabalho remotas contra acessos indevidos, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo, sendo mais uma barreira de proteção ao ambiente;
- Aquisição de software de proteção dos dispositivos corporativos (Endpoint Protection), visando a proteção de servidores, computadores, dispositivos móveis e garantindo a integridade e segurança do ambiente;
- Implementações que agregaram e elevaram ainda mais a segurança ao canal de atendimento aos clientes Mobile Banking;
- Implantação do Régua de Cobrança, onde os clientes receberão SMS com aviso para as suas parcelas que estão próximas a vencer;
- Conclusão de estudo técnico para viabilizar a contratação de uma aceleradora digital, conforme ação prevista no PDTI 2020-2022 e em alinhamento ao objetivo estratégico de inovação do PEI 2020-2025.

O Banco Publicou a Política de Governança de Dados do Banco da Amazônia, que, em alinhamento com a LGPD, define princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades com o intuito de fortalecer e fomentar o valor, a qualidade e a fidedignidade dos dados corporativos custodiados pelo Banco, permitindo o estabelecimento de Normas de Procedimentos com rotinas e fluxos específicos, para o gerenciamento da Governança de Dados do Banco da Amazônia.

Comentário do Desempenho

GESTÃO DE PESSOAS

O Banco da Amazônia, diante das mudanças e exigências do mercado, em especial pela transformação digital nas empresas, vem buscando adequar sua estrutura e estratégia corporativa como ações de competitividade de mercado.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do Banco tem por objetivo promover ações de aprendizagem, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais, que proporcionem formações permanentes, de alto impacto, criando uma cultura de alto desempenho, estimulando o desenvolvimento das pessoas por meio de aprendizagem, visando ao cumprimento da missão do Banco da Amazônia, ao garantir que os empregados detenham conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o alcance dos objetivos e metas estratégicas.

No primeiro semestre 2021, o Banco investiu R\$ 563,7 mil em ações educacionais nas áreas de Crédito e Negócios, Auditoria, Jurídicos, Desenvolvimento Pessoal e Controles e Riscos. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

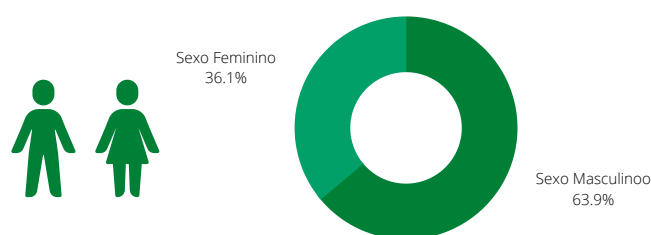
O Banco lançou o novo Portal Educacional (plataforma de cursos EaD) mais inclusivo e centralizando, em um só canal, todo o conteúdo de cursos produzidos internamente e em parcerias com outras instituições, para serem difundidos a todos os colaboradores, no intuito de ajudá-los a desenvolver suas habilidades e competências, assim como de elevar a excelência organizacional.

O novo Portal conta com 62 cursos organizados em 06 trilhas: obrigatória, crédito, gestão de negócios, liderança, cultura organizacional e conheça mais. No segundo semestre de 2021 serão publicadas outras trilhas de forma gradual.

PERFIL DOS EMPREGADOS

O Banco encerrou o 1º semestre de 2021 contando, no seu quadro funcional, com 2.865 empregados, 254 estagiários e 135 aprendizes. Esse quantitativo compreende 1.830 empregados do sexo masculino e 1.035 do sexo feminino. As cessões a outros Órgãos do Governo representam 36 empregados.

Nível de Escolaridade	Qtd
Nível Fundamental	30
Nível Médio	580
Graduação	1.785
Pós Graduação	470
Total	2.865

**QUALIDADE DE VIDA**

O Banco realiza várias ações de Endomarketing e disponibiliza Programas de Prevenção a Saúde com o objetivo de valorizar, reconhecer e prevenir a saúde dos empregados, como Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Programa Corredores em Ação, Programa Ver O Peso; Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Cuidando de sua Saúde; Valorização da Diversidade; Programa de Voluntariado, Programa Revelando Talentos dentre outros.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE EMPREGADOS

No 1º semestre no pico da Pandemia foram realizados atendimentos de empregados e/ou familiares pela equipe de psicólogos e assistente social do Banco, através chamada telefônica ou de vídeo, visando auxiliar no amparo dos empregados que estão passando por momentos que requerem acolhimento ou apoio psicológico ou social. Durante o período e na tentativa de minimizar a instabilidade emocional trazida pela situação da pandemia, a área responsável realizou reunião virtual e prestou serviço de acolhimento para 77 (setenta e sete) empregados e /ou familiares.

Comentário do Desempenho

A área de Gestão de Pessoas vem realizando ações de monitoramento e acompanhamento sobre a evolução da pandemia na região, e, principalmente, no Banco da Amazônia, bem como planejando e executando ações de enfrentamento no intuito de mitigar os impactos nos empregados e na Instituição.

As medidas tem embasamento na Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, emitida pela Organização Mundial da Saúde e as Portarias nº 188 e nº 356, do Ministério da Saúde, que, respectivamente, declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e regulamenta as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública e estado de calamidade pública decorrente da Coronavírus.

PROGRAMA DESPERTAR

O Banco entende que promover a diversidade cultural dentro das empresas é importante para o enriquecimento da cultura organizacional. Em junho/21, O Banco lançou o Programa "Despertar", com objetivo principal transformar o Banco em uma empresa inclusiva em cinco anos, tendo como premissas a valorização a diversidade, respeito as diferenças, motivação e engajamento do quadro funcional para o crescimento profissional.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Banco da Amazônia oferece aos seus empregados da ativa e aposentados o benefício da Previdência Complementar, sendo o patrocinador de cinco planos, gerenciados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e pela entidade multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

A CAPAF é responsável pelo gerenciamento do Plano de Benefício Definido (PBD) e pelo Plano Misto de Benefícios (PMB). Já a BB Previdência gerencia o Plano de Benefícios Previdenciários (PrevAmazônia), o Plano de Benefício Definido Saldado (BD Saldado) e o Plano Misto de Benefícios Saldados (Misto Saldado).

Apresentamos, a seguir, o quadro de participantes dos planos gerenciados pela CAPAF

	PBD	PMB	Total	Resp. Banco *
Ativos	121	30	151	0
Aposentados	522	53	575	28
Pensionistas	269	53	322	141
Ex-Participantes **	102	10	112	0
Total	1.014	146	1.160	169

(*) Responsabilidade do Banco: quando entrou em vigor o Regulamento do Plano BD, em 14/08/1981, o Banco da Amazônia assumiu a responsabilidade por todos os encargos daqueles que já fossem aposentados e pensionistas naquela data.

(**) Ex-participantes com direito ao resgate da reserva de poupança.

Os planos PBD e PMB, que abrigam 1.160 participantes, apresentam déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC a decretar a liquidação dos referidos planos, decisão que em seguida foi suspensa por decisão judicial.

A CAPAF se encontra sob intervenção da PREVIC desde 2011. A Portaria PREVIC nº 207 de 06.04.2021, prorrogou a intervenção por mais 180 dias.

Atualmente o Banco oferta a todos os seus colaboradores da ativa o acesso ao PrevAmazônia, estruturado na modalidade de contribuição variável, cuja adesão é facultativa. Os demais planos estão fechados para novas adesões.

PATROCÍNIO E AÇÕES SOCIAIS

O Banco da Amazônia cumprindo seu papel social precursor na região aprovou a doação de insumos destinados à órgãos públicos voltados ao combate à pandemia da COVID-19, localizados no Estado do Pará, Rondônia e Amazonas.

No que se refere ao enfrentamento da pandemia, o Banco da Amazônia realizou a doação dos insumos abaixo:

- 45 (quarenta e cinco) cilindros de aço, carregados com 450 m³ com oxigênio hospitalar para serem distribuídos às unidades de saúde localizadas na Região Calha Norte (Alenquer, Almerim, Curuá, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa);
- 240.000 (duzentos e quarenta) mil luvas para procedimentos hospitalares para serem distribuídas para o Estado de Rondônia;
- 4.500 (quatro mil e quinhentos) protetores faciais para serem distribuídos ao Estado do Amazonas.

Além do enfrentamento da pandemia, o Banco da Amazônia continuou priorizando o aspecto social de sua atuação, tendo realizado ainda doação de 100 (cem) microcomputadores destinados à instituições filantrópicas com finalidades sociais.

O Banco além de cumprir seu papel no combate à pandemia, apoia projetos nos segmentos ambiental, social, cultural, esportivo e de exposições e congressos. Desta forma, o Banco da Amazônia cumpre o seu papel de agente do desenvolvimento da região e defensor da identidade, sociedade e cultura da Amazônia.

Compreendida como uma estratégia para o cumprimento de sua Missão, a Política de Patrocínio do Banco da Amazônia funciona como um instrumento de comunicação e relacionamento junto ao seu público de interesse, buscando promover e ampliar parcerias, valorizar a cultura local e promover a inclusão social, com geração de emprego e renda.

Os Editais de Patrocínio destinam-se a projetos que estejam alinhados às políticas públicas, tenham compromisso com o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, priorizem a difusão da cultura regional e ocorram em parceria com os diversos atores sociais dos Estados amazônicos onde o Banco atua. As inscrições são gratuitas e os projetos passam por quatro fases: pré-seleção e seleção; homologação do julgamento pela Diretoria Executiva; habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista; e a contratação do projeto de acordo com os Normativos de Auditoria Interna e da Lei 8.666/93.

Em 2021, o Banco da Amazônia mantendo seu compromisso, assinou 20 contratos de patrocínio no valor de R\$ 447 mil reais.

ESPAÇO CULTURAL BANCO DA AMAZÔNIA

Destina-se à seleção de projetos para concorrer ao “Prêmio Banco da Amazônia de Artes Visuais”. Os selecionados têm apoio para exposição de suas obras no Espaço Cultural Banco da Amazônia. Podem ser apresentadas propostas de exposições de desenho, pintura, gravura, técnicas mistas, fotografia, escultura, objeto, instalação e de mídias contemporâneas.

PREMIAÇÃO E RECONHECIMENTO

- Em 2020 o Banco da Amazônia obteve mais uma vez, reconhecimento por melhores práticas de Governança sendo classificado no Nível I no indicador de Governança SEST (IG-SEST) que considera aspectos de Governança, Transparência e Gerenciamento de riscos e controles. Trata-se de reconhecimento importante e impulsiona a gestão eficiente dos valores da instituição.
- **QUALIDADE DE OUVIDORIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** - No terceiro trimestre de 2020, o Banco da Amazônia atingiu a primeira colocação no ranking entre as instituições financeiras com menos de quatro milhões de clientes. São utilizados números e indicadores de desempenho no período, e ainda fatores como prazo médio de respostas em dias úteis, qualidade da resposta oferecida ao demandante, reclamações sobre a Ouvidoria e a participação do Banco no site Consumidor.gov. Esse resultado sinaliza maior credibilidade para o Banco e reflete a qualidade no atendimento, além do respeito ao consumidor. Em 2020, a ouvidoria do Banco da Amazônia atendeu 112 manifestações, entre reclamações, denúncias, sugestões de melhoria e elogios. Além do Ranking de Qualidade, a Ouvidoria do Banco da Amazônia figurou no Ranking de Reclamações, como o Banco com o menor número de reclamações procedentes na sua categoria.

AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

O Banco declara que, no 1º semestre de 2021, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
Nota 7 - Operações de Crédito
Nota 8 - Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos
Nota 9 - Imobilizado de Uso e Intangível
Nota 10 - Depósitos, Captações no Mercado Aberto e LCA
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Captações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Tributos
Nota 17 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes Relacionadas
Nota 25 - Benefícios a Empregados
Nota 26 - Remuneração Paga aos Empregados
Nota 27 - Gerenciamento de Riscos e Capital
Nota 28 - Outras Informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.720/2019, nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020. Fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

A administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais – ITR foram aprovadas pela Administração em 13 de agosto de 2021.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio e Outros Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

No trimestre, não houve constituição de provisão adicional nas operações de crédito do Banco. Os valores evidenciados referem-se tão somente à evolução natural dos saldos constituídos no exercício anterior em decorrência dos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Risco de Crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 14).

g) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

O investimento e imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pela Resolução CMN nº 4.424/2015.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento CPC nº 33(R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente da obrigação decorrente de mais um ano de serviço prestado pelo empregado, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das demonstrações contábeis. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, corresponde à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das demonstrações contábeis. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das demonstrações contábeis sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das demonstrações contábeis.

Efeito do Teto de Ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit irrecuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, sensibilizando o Patrimônio Líquido, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a remensuração destes cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-Saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do Programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de Benefício Definido**

Para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM Nº 695/2012, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008. O cálculo da obrigação de do Banco da Amazônia nos planos de benefício definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano Misto de Benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM Nº 695/2012, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As remensurações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

• Aposentados de responsabilidade do Banco

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei nº 6.435/1977, neste plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios Assistidos.

• Prev Amazônia

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na nota nº 25.

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – de set/2015 a dez/2018 ¹	20%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – até fev/2020	15%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ²	20%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ³	25%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

(2) Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional 103/2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36.

(3) Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14/07/2021.

A MP nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro, de 20 para 25%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Embora tenha sido reconhecida, a aplicação da majoração prevista na Lei não gerou impactos significativos nas Demonstrações Contábeis de Junho de 2021, uma vez que o período de vigência da nova alíquota é curto. Pelo mesmo motivo, a avaliação do Banco é de que também não são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do segundo semestre de 2021.

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os Ativos Contingentes representam direitos com realização incerta e, por este motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco da Amazônia. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às informações trimestrais;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às informações trimestrais.

Não houve evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2021.

q) Uso de Estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos as incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 – avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento;

Nota explicativa nº 7 – critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento na mensuração de provisão para contingências;

Nota explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota explicativa nº 14 e nº 25 – reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de junho de 2021 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota 28.c.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa	66.006	73.593
Disponibilidade em Moeda Nacional	52.959	63.883
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	13.047	9.710
Aplicações no Mercado Aberto^(*)	624.987	429.977
Posição Bancada	624.987	429.977
Letras Financeiras do Tesouro	354.990	209.990
Letras do Tesouro Nacional	220.000	149.986
Notas do Tesouro Nacional	49.997	70.001
Total	690.993	503.570

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	213.742	155.901
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	213.742	155.901
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.459)	(20.829)
Total	196.283	135.072

Circulante	155.456	49.565
Não Circulante	40.827	85.507

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$17.459 (R\$20.829 em 31.12.2020), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no 1º semestre/2021, R\$9.466 (R\$35.151 no 1º semestre/2020) e estão registradas como rendas de TVM. Houve queda na comparação dos semestres derivada da redução na taxa da Selic.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2021	31.12.2020
Carteira Própria – Livres	11.840.299	11.781.962
Títulos Públicos	9.143.452	9.175.911
Letras Financeiras do Tesouro	8.617.229	8.735.168
Notas do Tesouro Nacional	455.652	340.354
Certificados Financeiros do Tesouro	70.571	100.389
Títulos Privados	2.696.847	2.606.051
Debêntures	839.310	725.655
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	115.515	88.995
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	38.884	38.062
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	37.651	36.878
Letras Financeiras	1.665.487	1.716.461
Vinculados a Operações Compromissadas	200.179	252.073
Títulos Públicos	200.179	252.073
Letras Financeiras do Tesouro	200.179	252.073
Vinculados a Prestação de Garantias	658.284	767.225
Títulos Públicos	658.284	767.225
Letras Financeiras do Tesouro	43.136	42.726
Notas do Tesouro Nacional	615.148	724.499
Total	12.698.762	12.801.260
 Circulante	 1.909.041	 1.133.994
Não Circulante	10.789.721	11.667.266

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 78,8% do total da carteira (79,6% em 31.12.2020).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$41.057 (R\$40.718 em 31.12.2020) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), R\$2.079 (R\$2.008 em 31.12.2020) em garantia de processos judiciais e R\$615.148 (R\$724.499 em 31.12.2020) em garantias com operações BB Previdência.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Quanto ao Vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	-	350.566	-	-	-	350.566
Títulos Públicos	-	-	-	350.566	-	-	-	350.566
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	350.566	-	-	-	350.566
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	76.535	118.943	1.292.427	7.153.105	2.148.186	1.181.682	305.701	12.276.579
Títulos Públicos	-	21.592	780.427	5.398.289	1.939.725	1.133.998	305.701	9.579.732
Letras Financeiras do Tesouro	-	21.592	780.427	5.398.289	1.939.725	369.945	-	8.509.978
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	764.053	305.701	1.069.754
Títulos Privados	76.535	97.351	512.000	1.754.816	208.461	47.684	-	2.696.847
Debêntures	-	-	16.908	639.113	183.289	-	-	839.310
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	76.076	-	820	25.172	13.447	-	115.515
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	38.884	-	-	-	-	-	-	38.884
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	37.651	-	-	-	-	-	-	37.651
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	21.275	495.092	1.114.883	-	34.237	-	1.665.487
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	70.571	502	12	532	-	71.617
Títulos Públicos	-	-	70.571	502	12	532	-	71.617
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	502	12	532	-	1.046
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	70.571	-	-	-	-	70.571
Total 30.06.2021	76.535	118.943	1.362.998	7.504.173	2.148.198	1.182.214	305.701	12.698.762
Total 31.12.2020	74.940	154.645	558.383	7.507.880	2.591.848	1.595.502	318.062	12.801.260

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Quanto aos Ajustes

	30.06.2021			31.12.2020		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para Negociação	350.988	350.566	(422)	346.526	346.025	(501)
Letras Financeiras do Tesouro	350.988	350.566	(422)	346.526	346.025	(501)
Disponíveis para Venda	12.351.589	12.237.225	(114.364)	12.332.408	12.313.663	(18.745)
Letras Financeiras do Tesouro	8.541.726	8.509.978	(31.748)	8.710.519	8.683.942	(26.577)
Notas do Tesouro Nacional	1.085.554	1.030.323	(55.231)	989.552	1.023.593	34.041
Debêntures	848.838	839.310	(9.528)	744.359	725.655	(18.704)
Cotas Fundos Invest. - FIDC	115.592	115.592	-	89.072	89.072	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	38.884	38.884	-	38.062	38.062	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	37.651	37.651	-	36.878	36.878	-
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	1.683.344	1.665.487	(17.857)	1.723.966	1.716.461	(7.505)
Mantidos até o Vencimento	71.617	72.521	904	101.410	102.748	1.338
Notas do Tesouro Nacional	1.046	964	(82)	1.021	989	(32)
Certificados Fin. do Tesouro	70.571	71.557	986	100.389	101.759	1.370

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) Marcação a Mercado (Títulos disponíveis para Venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2021	31.12.2020
Desvalorização	(689.039)	(581.284)
Valorização	574.675	562.539
Total	(114.364)	(18.745)

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.795	12.283	9.466	35.151
Ganhos/Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.370	2.996	3.370	11.445
Títulos de Renda Fixa	134.531	100.677	233.714	241.190
Lucros com Títulos de Renda Fixa	-	2.698	326	146.946
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(229)	(956)	(229)	(1.234)
Reversão de Provisão Desv. Títulos de Renda Fixa	-	19	-	19
Aplicação Fundos de Investimentos	635	932	1.159	1.050
TVM - Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	122	17	348	17
TVM - Ajuste Negativo ao Valor de Mercado	(25)	(94)	(268)	(151.574)
Total	144.199	118.572	247.886	283.010

7. Operações de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2021			31.12.2020		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	1.934.215	106.402	2.040.617	1.911.890	81.736	1.993.626
Direitos Cred. Descontados	11.002	28	11.030	5.572	698	6.270
Financiamentos	1.717.799	31.030	1.748.829	1.276.506	14.380	1.290.886
Financiamentos Rurais	3.170.765	63.724	3.234.489	1.668.447	73.023	1.741.470
Subtotal	6.833.781	201.184	7.034.965	4.862.415	169.837	5.032.252
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	170	-	170	208	-	208
Diversos	170	-	170	208	-	208
Subtotal	6.833.951	201.184	7.035.135	4.862.623	169.837	5.032.460
Adiant. s/ Contrato Câmbio	45.196	320	45.516	47.294	1.023	48.317
Total da Carteira	6.879.147	201.504	7.080.651	4.909.917	170.860	5.080.777
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(179.697)	(99.174)	(278.871)	(188.163)	(97.451)	(285.614)
(Outros Créditos)	(51)	-	(51)	-	(63)	(63)
(Câmbio)	(7.416)	(138)	(7.554)	(7.394)	(1.023)	(8.417)
Total das Provisões	(187.164)	(99.312)	(286.476)	(195.557)	(98.537)	(294.094)
Total Líquido	6.691.983	102.192	6.794.175	4.714.360	72.323	4.786.683
Circulante			3.052.537			1.994.792
Não Circulante			3.741.638			2.791.891

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2021	31.12.2020
Setor Privado	7.080.651	5.080.777
Rural	3.235.033	1.743.493
Indústria	1.113.307	985.048
Comércio	1.350.199	1.243.853
Pessoas Físicas	735.082	642.871
Serviços	647.010	462.317
Intermediários Financeiros	20	3.195
Total da Carteira	7.080.651	5.080.777

b) Concentração dos Principais Devedores:

	30.06.2021	% Carteira	31.12.2020	% Carteira
Maior devedor	285.552	4,0	275.714	5,4
10 maiores devedores	1.058.018	14,9	945.932	18,6
50 maiores devedores	1.430.009	20,2	1.038.197	20,4
100 maiores devedores	493.515	7,0	392.118	7,8
Demais devedores	3.813.557	53,9	2.428.816	47,8
Total	7.080.651	100,0	5.080.777	100,0

Estes créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a Vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	41.521	34.055	28.253	139.352	296.410	946.423	1.486.014
A	79.584	91.932	103.416	321.974	800.060	1.675.999	3.072.965
B	48.457	17.045	82.775	62.981	203.969	646.561	1.061.788
C	24.134	36.365	18.871	81.171	216.919	471.795	849.255
D	7.200	3.763	4.021	22.998	9.752	49.028	96.762
E	3.485	5.402	2.579	10.886	25.360	194.593	242.305
F	151	103	184	3.943	10.937	1.240	16.558
G	853	862	1.476	11.070	4.229	12.702	31.192
H	823	1.983	260	1.302	1.546	16.394	22.308
Total 30.06.2021	206.208	191.510	241.835	655.677	1.569.182	4.014.735	6.879.147
Total 31.12.2020	103.452	113.174	163.663	527.217	1.116.286	2.886.125	4.909.917

d) Operações Vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
B	19.039	1.250	294	6.870	-	-	27.453
C	1.914	2.268	657	20.374	-	-	25.213
D	1.945	1.420	2.400	2.674	15.306	-	23.745
E	5.725	925	772	8.430	5.096	-	20.948
F	1.069	948	994	3.262	4.956	-	11.229
G	4.470	777	4.230	11.482	9.202	-	30.161
H	892	938	885	5.805	18.743	35.492	62.755
Total 30.06.2021	35.054	8.526	10.232	58.897	53.303	35.492	201.504
Total 31.12.2020	27.788	18.926	12.986	20.959	48.274	41.927	170.860

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Composição das Operações de Crédito e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total
AA	-	1.486.014	-	-	-	984.863	-	-	-
A	0,5%	3.072.965	(15.365)	-	(15.365)	1.854.747	(9.274)	-	(9.274)
B	1%	1.089.241	(10.892)	-	(10.892)	1.185.091	(11.851)	-	(11.851)
C	3%	874.468	(26.234)	-	(26.234)	499.235	(14.540)	(437)	(14.977)
D	10%	120.507	(12.051)	(689)	(12.740)	139.195	(12.987)	(1.714)	(14.701)
E	30%	263.253	(78.976)	(336)	(79.312)	213.749	(60.818)	(3.658)	(64.476)
F	50%	27.787	(13.893)	(30)	(13.923)	24.638	(12.125)	(218)	(12.343)
G	70%	61.353	(42.947)	-	(42.947)	42.625	(25.991)	(3.847)	(29.838)
H	100%	85.063	(85.063)	-	(85.063)	136.634	(121.536)	(15.098)	(136.634)
Total		7.080.651	(285.421)	(1.055)	(286.476)	5.080.777	(269.122)	(24.972)	(294.094)

(1) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no Início do Período	(294.094)	(396.819)
Provisões Constituídas	(68.875)	(56.698)
Valores Baixados para Prejuízo	76.329	56.227
Reversões	164	1
Saldo no Final do Período	(286.476)	(397.289)

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Empréstimos	47.049	40.140	89.295	78.249
Direitos Creditórios Descontados	677	1.035	1.218	2.066
Financiamentos	29.273	23.881	77.957	76.814
Financiamentos Rurais	37.504	20.938	67.889	43.186
Financiamentos Agroindustriais	22	-	52	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	11.457	9.645	27.928	21.300
Rendas de Repasses Interfinanceiros	171	-	369	-
Total	126.153	95.639	264.708	221.615

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Renegociadas (*)	98.237	579.857	110.135	601.568
Carteira Comercial	2.013	302.134	2.955	310.926
Carteira de Fomento	96.224	277.723	107.180	290.642
Recuperadas	11.457	9.645	27.928	21.300
Carteira Comercial	5.535	2.442	12.327	8.988
Carteira de Fomento	5.922	6.896	15.601	12.005
Outros - FNO	-	307	-	307

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações no 1º semestre de 2021, comparativamente ao mesmo período anterior, apresentarem menor quantidade e volume financeiro, em razão de que no ano de 2020, as medidas legais, notadamente as Resoluções Bacen nº 4.798/2020 e nº 4.782/2020, e administrativas alcançaram um estoque mais significativo de operações elegíveis à renegociação. No presente exercício, as renegociações ocorreram basicamente amparadas pelas Circulares Internas 2021/001 (Renegociação Padronizada COVID 19 – Não Rural) e 2021/018 (Operações do Pronampe), portanto voltadas a um público mais restrito.

8. Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos

	30.06.2021	31.12.2020
Outros Ativos Financeiros	708.113	695.485
Relações Interfinanceiras e Interdependências	568.391	543.523
Rendas a Receber	76.840	81.497
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.a)	45.800	44.852
Pagamentos a Ressarcir	16.113	23.621
Títulos e Créditos a Receber	969	1.992
Com Característica de Concessão de Crédito	-	1.023
Sem Característica de Concessão de Crédito	969	969
Outros Ativos	29.011	29.758
Devedores para Apuração de Responsabilidades	24.692	23.099
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(24.692)	(23.099)
Demais Ativos	29.011	29.758
Total	737.124	725.243
 Circulante	 719.284	 725.243
Não Circulante	17.840	-

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$24.692 (R\$23.099 em 31.12.2020), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	30.06.2021	31.12.2020
Imóveis de Uso	111.073	63.272
Terrenos	15.576	15.576
Edificações	95.497	95.467
Outras Imobilizações de Uso	240.756	243.189
Móveis e Equipamentos em Estoque	595	595
Imobilizações em Curso	21.071	22.902
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	70.268	70.008
Instalações	10.117	9.954
Móveis e equipamentos de uso	60.151	60.054
Outras	148.822	149.684
Sistema de Comunicação	3.019	3.030
Sistema de Processamento de Dados	133.823	134.142
Sistema de Segurança	11.980	12.032
Sistema de Transporte	-	480
Subtotal	351.829	354.232
(-) Depreciações Acumuladas	(218.064)	(208.899)
Total	133.765	145.333

b) Intangível

	30.06.2021	31.12.2020
Softwares Desenvolvidos	334.413	326.598
Subtotal	334.413	326.598
(-) Amortização Acumulada	(217.498)	(202.846)
Total	116.915	123.752

A movimentação do Imobilizado de Uso e Intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2020	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2021
Imobilizado de Uso	145.333	856	(115)	(12.309)	133.765
Intangível	123.752	7.852	-	(14.689)	116.915
Total	269.085	8.708	(115)	(26.998)	250.680

	Saldos em 31.12.2019	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2020
Imobilizado de uso	150.257	3.184	-	(13.189)	140.252
Intangível	129.623	314	(5.176)	(14.733)	110.028
Total	279.880	3.498	(5.176)	(27.922)	250.280

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
Limite para Imobilização	1.623.576	1.450.827
(-) Situação	(133.906)	(145.474)
Margem	1.489.670	1.305.354
Índice de Imobilização	4,1%	5,0%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10. Depósitos, Captações no Mercado Aberto e LCA**a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:**

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2021	Total em 31.12.2020
À Vista ⁽¹⁾	2.463.833	-	-	2.463.833	2.101.873
Poupança	801.754	-	-	801.754	766.226
Interfinanceiros	40.331	7.607	-	47.938	7.505
A Prazo	1.707.937	654.709	509.310	2.871.956	2.954.014
A prazo	140.029	654.709	509.310	1.304.048	1.551.955
Judiciais com Remuneração	86.039	-	-	86.039	83.366
Especiais com Remuneração	1.481.869	-	-	1.481.869	1.318.693
Sudam ⁽²⁾	927.702	-	-	927.702	780.922
Finam	535.690	-	-	535.690	522.636
FAT (nota nº 21)	1	-	-	1	275
Outros	18.476	-	-	18.476	14.860
Total	5.013.855	662.316	509.310	6.185.481	5.829.618
Circulante				5.676.171	5.313.553
Não Circulante				509.310	516.065

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até 3 meses, sem considerar a média histórica do giro;

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) Quanto às Captações no Mercado Aberto e LCA

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R\$199.982 em 30 de junho de 2021 (R\$251.713 em 31.12.2020), foram negociadas ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 3,8% (3,0% em 31.12.2020) e estavam lastreadas por títulos do governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

As obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio totalizaram R\$220.917 em 30 de junho de 2021 (R\$213.703 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Despesas de Captações no Mercado:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Despesas de Captações c/ Depósitos	(30.668)	(27.208)	(52.052)	(61.963)
A Prazo	(10.325)	(8.710)	(17.680)	(20.463)
Poupança	(4.841)	(4.537)	(8.482)	(9.602)
Especiais	(11.190)	(9.925)	(17.972)	(23.472)
Interfinanceiros	(190)	(458)	(306)	(901)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(1.438)	(1.356)	(2.293)	(3.222)
Judiciais	(1.265)	(1.178)	(2.513)	(2.337)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.419)	(1.044)	(2.806)	(1.966)
Desp. de Captações Mercado aberto	(1.736)	(89)	(2.940)	(1.354)
Carteira Própria	(1.736)	(89)	(2.940)	(1.354)
Total	(32.404)	(27.297)	(54.992)	(63.317)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2021 é de R\$50.649, com vencimento no curto prazo (R\$54.454 em 31.12.2020, sendo R\$18.170 com vencimento no curto prazo e R\$36.284 no longo prazo). Referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,2% a.a. (2,9% a.a. em 31.12.2020) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.06.2021			31.12.2020		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	5,9	23.224	5,2	6,9	25.195
BNDES Industrial	3,1	18,5	251.503	3,2	18,8	261.213
BNDES Rural	4,1	4,7	254.505	4,1	5,6	253.857
BNDES Comércio	4,5	6,1	72.753	4,5	6,9	83.817
BNDES Serviços	6,9	2,2	8.335	6,9	3,2	9.307
Finep	1,5	8,0	275	1,5	7,0	338
Finame Industrial	2,7	2,6	12.157	2,6	3,4	15.003
Finame Rural	4,1	3,5	40.087	4,1	4,5	46.599
Finame Comércio	5,1	2,8	2.350	4,4	3,9	6.991
Finame Serviços	1,3	2,3	7.000	1,3	3,2	8.554
STN OGU	0,5	0,6	25.818	0,5	1,4	25.880
Total			698.007			736.754
Circulante			103.495			107.807
Não circulante			594.512			628.947

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 28.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	389	653	979	1.917	7.347	7.347	4.592	23.224
BNDES Industrial	256	5.772	240	13.363	34.458	31.937	165.477	251.503
BNDES Rural	-	1.004		8.978	131.975	95.811	16.737	254.505
BNDES Comércio	1.872	3.272	1.555	11.427	23.172	12.077	19.378	72.753
BNDES Serviços	289	540	270	2.155	4.934	133	14	8.335
Finep	11	21	32	63	148	-	-	275
Finame Industrial	519	1.642	1.386	2.707	5.348	555	-	12.157
Finame Rural	2.300	5.571	7	4.532	-	-	27.677	40.087
Finame Comércio	79	160	226	398	1.398	89	-	2.350
Finame Serviços	107	702	804	1.559	3.784	44	-	7.000
STN OGU	25.494	-	237	7	77	3	-	25.818
Total 30.06.2021	31.316	19.337	5.736	47.106	212.641	147.996	233.875	698.007
Total 31.12.2020	29.348	18.665	6.433	53.361	221.490	151.641	255.816	736.754

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$25.818 (R\$25.880 em 31.12.2020).

Neste período e no 1º semestre de 2020 não houve repasse efetuado pelo Tesouro Nacional. Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.

No 1º semestre de 2021, assim como no 1º semestre de 2020, não ocorreram recolhimentos ao Tesouro Nacional.

Não houve registro, neste 1º semestre de 2021, de taxa de administração dos recursos do OGU (R\$802 no 1º sem/2020).

b) Despesas de Obrigações para Empréstimos e Repasses

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Despesas de Obrig p/ empréstimos e repasses	(20.009)	(30.469)	(39.650)	(67.285)
Tesouro Nacional (*)	(12.599)	(17.716)	(12.736)	(18.323)
BNDES	(11.700)	(5.839)	(24.858)	(16.796)
Finame	(655)	(770)	(1.383)	(1.682)
Finep	(1)	(2)	(2)	(4)
Com banqueiros no exterior	4.946	(6.142)	(671)	(30.480)
Despesas de Obrig.p/Fundos Financ.Desenvolvimento	(72.553)	(61.269)	(132.087)	(186.343)
Total	(92.562)	(91.738)	(171.737)	(253.628)

(*) Inclui, basicamente, a despesa com a remuneração relativa ao IECP, conforme citado na nota nº 13.d.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras Captações

O grupo Outras Captações está composto pelos valores demonstrados abaixo:

a) Sociais e Estatutárias

	30.06.2021	31.12.2020
Remuneração do Capital a pagar	593	114
Provisão para Participação nos Lucros	6.494	23.733
Juros sobre Capital Próprio - JCP	-	76.479
Total	7.087	100.326
Circulante	7.087	100.326
Não circulante	-	-

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.06.2021	31.12.2020
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	7.556.134	5.821.928
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	94.870	225.343
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	84.181	88.413
Outros	78	78
Total	7.735.263	6.135.762
Circulante	5.815.499	5.924.168
Não circulante	1.919.764	211.594

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros Passivos Financeiros

	30.06.2021	31.12.2020
Cheques Administrativos	-	1.007
Contrato de Assunção de Obrigações	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	33.611	56.955
Obrigações por convênios oficiais	27	27
Obrigações por prestação de serviços	9	9
Parcelas de operações de crédito- Securitização	550	534
Levantamento de depósitos recursais (nota 14.a)	15.480	15.134
Demais	33.036	38.407
Total	82.715	112.075
Circulante	82.715	112.075
Não circulante	-	-

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor do contrato é de R\$1.012.612 (R\$1.027.676 em 31.12.2020). O valor registrado no Passivo Circulante corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, corresponde ao principal.

A remuneração foi calculada com base na variação da taxa Selic, atendendo, assim, o que foi pactuado no Contrato de Mútuo (Cláusula 3ª, inciso I) assinado com o Tesouro Nacional.

	Valor emitido	Remuneração	Captação	30.06.2021	31.12.2020
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	Rentabilidade s/PL	09.12.2014	1.012.612	1.027.676
Total				1.012.612	1.027.676
Circulante				12.613	27.677
Não circulante				999.999	999.999

e) Demais Instrumentos Financeiros

	30.06.2021	31.12.2020
Relações Interfinanceiras e Interdependências	40.215	9.033
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.311	1.568
Carteira de Câmbio	1	54
Total	60.527	10.655
Circulante	60.527	10.655
Não circulante	-	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As Provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2021	31.12.2020
Provisão para pagamentos a efetuar	100.757	102.288
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.631.834	1.654.984
FNO rural/industrial (nota nº 20)	1.610.118	1.632.896
FDA (nota nº 19)	21.174	21.598
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 (¹)	537	485
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais (²)	1.219.298	1.237.350
Fundo de pensão de benefício definido	860.351	867.690
BD Liquidado (nota nº 25)	746.813	746.813
Misto Liquidado (nota nº 25)	34.289	32.084
Assistidos (nota nº 25)	79.249	88.793
Outros	358.947	369.660
Auxílio saúde (nota nº 25)	358.947	369.660
Provisão para demandas judiciais (³) (nota nº 14.f)	193.087	198.699
Ações trabalhistas (Indenizações)	116.401	119.126
Ações cíveis	62.296	58.574
Ações fiscais	2.580	7.934
Ações trabalhistas (Capaf)	11.810	13.065
Provisão para planos saldados (notas nº 14.f e 25.b)	598.339	613.575
Plano BD	505.269	515.150
Plano Misto	93.070	98.425
Provisões diversas (nota nº 14.f)	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.743.664	3.807.245
Circulante	1.147.540	768.454
Não circulante	2.596.124	3.038.791

(¹) Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2021, o montante corresponde a R\$7.927 (R\$7.132 em 31.12.2020).

(²) Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

(³) A movimentação das provisões para demandas judiciais e provisões diversas está especificada na nota nº 14.f.

Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldo em 31.12.2020	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldo em 30.06.2021
Risco FNO Rural (nota nº 20)	610.017	45.752	(42.527)	613.242
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	1.022.879	28.300	(54.303)	996.876
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	485	52	-	537
FDA (nota nº 19)	21.598	513	(937)	21.174
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.654.984	74.617	(97.767)	1.631.834

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2019	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 30.06.2020
Risco FNO Rural (nota nº 20)	606.763	76.701	(42.370)	641.094
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	905.434	61.113	(66.812)	899.735
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	686	(10)	-	676
FDA (nota nº 19)	22.205	3.470	(3.496)	22.179
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.535.093	141.274	(112.678)	1.563.689

Provisão para demandas judiciais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas, conforme a seguir:

a) Levantamento de Depósitos Recursais

Em 30 de junho de 2021, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$15.480 (R\$15.134 em 31.12.2020) e estão registrados em outros passivos financeiros (nota nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica "Outros Ativos Financeiros" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$15.395 (R\$15.353 em 31.12.2020), relativa aos depósitos recursais baixados em outras Instituições Financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	60.076	59.086
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(15.395)	(15.353)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	771	771
Total (nota nº 8)	45.800	44.852

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

c) Ações Fiscais

A despeito de seu perfil conservador, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$9.287 em 30 de junho de 2021 (R\$9.020 em 31.12.2020).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras Contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões de Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas Judiciais - Prováveis	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens	Total
Saldo no início do período	119.126	58.574	7.934	13.065	613.575	349	812.623
Adições	27.717	10.026	284	1.284	-	-	39.311
Atualização Monetária	-	-	-	-	39.463	-	39.463
Baixa por pagamento	(21.859)	(4.604)	(93)	(1.703)	(54.699)	-	(82.958)
Reversão da provisão	(8.583)	(1.700)	(5.545)	(836)	-	-	(16.664)
Saldo no final do período (nota nº 14)	116.401	62.296	2.580	11.810	598.339	349	791.775

Cronograma Esperado de Desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens
Até 5 anos	73.315	24.924	2.421	1.509	450.656	349
De 5 anos a 10 anos	25.417	21.148	101	3.563	108.474	-
Acima de 10 anos	17.669	16.224	58	6.738	39.209	-
Total	116.401	62.296	2.580	11.810	598.339	349

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	30.06.2021	31.12.2020
Causas Fiscais	16.797	16.796
Causas Trabalhistas	17.898	14.910
Causas Cíveis ⁽¹⁾	178.428	176.354
Causas Capaf	356	329
Total	213.479	208.389

⁽¹⁾ Composto por processos classificados como Revisional R\$70.766 (R\$70.251 em 31.12.2020), Danos Morais e Materiais R\$50.675 (R\$50.630 em 31.12.2020), a Inexistência de Débito R\$15.335 (R\$15.335 em 31.12.2020), Debêntures do Finam R\$8.698 (R\$8.698 em 31.12.2020), Honorários Advocatícios R\$6.740 (R\$6.767 em 31.12.2020), Improbidade Administrativa R\$2.206 (R\$2.206 em 31.12.2020), Exclusão de Restritivos R\$10.595 (R\$9.056 em 31.12.2020), Cotas do Finam R\$4.717 (R\$4.717 em 31.12.2020), Substituição de Garantias R\$3.856 (R\$3.856 em 31.12.2020), Anulação de Contrato R\$3.782 (R\$3.782 em 31.12.2020), Criminal R\$702 (R\$702 em 31.12.2020), Fundos Banco Santos R\$332 (R\$332 em 31.12.2020), Tributário R\$22 (R\$22 em 31.12.2020).

15. Patrimônio Líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.723.041	2.416.797
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	91,85	81,52
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	39,92	42,20

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital Social

Em 30 de junho de 2021, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2020) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2020), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.06.2021	31.12.2020
De domiciliados no país	29.645.699	29.645.499
De domiciliados no exterior	268	468
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.398.636	95,8	28.398.636	95,8
Adm. direta - Min. da Economia	15.117.522	51,0	15.117.522	51,0
Administração indireta	13.281.114	44,8	13.281.114	44,8
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Investimento em ações	2.853.813	9,6	2.853.813	9,6
Em circulação	1.247.331	4,2	1.247.331	4,2
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$18.872 (R\$19.259 em 31.12.2020) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$387, decorrentes de depreciação (R\$1.672 em 31.12.2020, sendo R\$733 decorrentes de depreciação e R\$939 por majoração de alíquota). Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reservas de Capital e de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.06.2021	31.12.2020
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.635.957	1.332.932
Legal	171.862	156.730
Estatutária	1.392.122	1.176.202
Especial para dividendos não distribuídos	71.973	-

e) Lucro por Ação

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	302.638	108.935
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	10,20840	3,67453

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2021	31.12.2020
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(557.293)	(560.899)
Títulos Disponíveis para Venda	(62.888)	(10.312)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(494.405)	(550.587)

g) Destinação do lucro líquido

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro Líquido	302.638	108.935
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(15.132)	(5.447)
Saldo após a Reserva Legal	287.506	103.488
Realização da Reserva de Reavaliação	387	373
Base de cálculo para distribuição	287.893	103.861
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(71.973)	(25.965)
Reserva Estatutária	(215.920)	(77.896)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Tributos

a) Provisões Constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2021		30.06.2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	670.891	670.891	241.042	241.042
Adições líquidas caráter permanente	141	141	642	642
Adições líquidas caráter temporário	149.058	149.058	295.395	295.395
Lucro tributável antes compensações	820.090	820.090	537.079	537.079
Lucro tributável antes compensações-até fevereiro/2020	-	-	-	287.245
Alíquotas	15%	20%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	123.013	164.018	80.562	43.086
Lucro tributável antes compensações – a partir de março/2020	-	-	-	249.834
Alíquota a partir de março/2020	-	-	-	20%
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	49.967
Adicional de Imposto de Renda (10%)	81.997	-	53.696	-
Incentivos	(4.920)	-	(3.327)	-
Valores devidos	200.090	164.018	130.931	93.053
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(142)	(81)	(38.070)	(22.527)
Valores registrados em resultado antes ativação	199.948	163.937	92.861	70.526
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	9.840	(5.472)	(15.806)	(15.474)
Valores efetivamente registrados no resultado	209.788	158.465	77.055	55.052

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2021:

	31.12.2020	Constituição	Realização	30.06.2021
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	132.191	29.001	32.981	128.211
Provisão para Risco de Crédito-Banco	489.991	68.875	28.092	530.774
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.110.849	-	28.906	1.081.943
Auxílio pós-emprego	397.031	2.540	33.945	365.626
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	366.846	5.711	107.227	265.330
Planos Saldados	613.575	39.463	54.699	598.339
Desvalorização Marcação a Mercado - venda	57.540	95.067	5.763	146.844
Outras Provisões	110.196	12.077	12.692	109.581
Base de Cálculo	3.278.219	252.734	304.305	3.226.648
Imposto de Renda Diferido (25%)	819.555	63.183	76.076	806.662
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	132.191	29.001	32.981	128.211
Provisão para Risco de Crédito-Banco	489.991	68.875	28.092	530.774
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.110.849	-	28.906	1.081.943
Auxílio pós-emprego	397.031	2.540	33.945	365.626
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	366.846	5.711	107.227	265.330
Planos Saldados	613.575	39.463	54.699	598.339
Desvalorização de Marcação a Mercado - venda	57.540	95.067	5.763	146.844
Outras Provisões	103.164	12.077	12.692	102.549
Base de Cálculo	3.271.187	252.734	304.305	3.219.616
Contribuição Social Diferida (20%)	654.237	50.547	60.861	643.923
Diferencial Majoração da Alíquota (5%)	-	13.706	-	13.706
Total do Crédito Tributário	1.473.792	127.436	136.937	1.464.291

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. BCB 02/2020, independente da expectativa de realização.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2021, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2021	2022	2023	2024	2025	De 2026 a 2030	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	121.472	65.209	62.694	66.319	70.077	420.891	806.662
Crédito Tributário de C. Social	110.883	52.167	50.155	53.056	56.061	335.307	657.629
Total – Valores Nominais	232.355	117.376	112.849	119.375	126.138	756.198	1.464.291
Taxa média de captação a.a (%)	1,034	1,088	1,156	1,231	1,307	-	-
Valor Presente Destes Ativos	224.715	107.882	97.620	96.974	96.510	-	-

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos Tributários Não Ativados

No final do semestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$510.181 (R\$425.358 em 31.12.2020).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2021	31.12.2020
Provisão FNO	400.893	326.841
Provisão Auxílio pós emprego	514.890	446.553
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	181.221	134.689
Outras Provisões	37.486	37.911
Total das Provisões	1.134.490	945.994
Créditos Tributários (CSLL) (*)	226.898	189.199
Créditos Tributários (IRPJ) (**)	283.283	236.159
Total Créditos Tributários não Ativados (IRPJ e CSLL)	510.181	425.358

(*) CSLL - alíquota de 15% até fevereiro/2020 e 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do Crédito Tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$1.359, de acordo com o artigo nº 510 do Decreto Lei nº 9.580/2018.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e Contribuições a Compensar

Em 30 de junho de 2021, os Impostos e Contribuições a Compensar, alcançaram o montante de R\$89.875 (R\$95.244 em 31.12.2020) e estão registrados na conta "Tributos".

g) Passivos Fiscais

	30.06.2021	31.12.2020
Fiscais e Previdenciárias	204.203	96.536
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	177.384	64.120
Impostos e contribuições a recolher	26.819	32.416
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos (*)	19.332	22.395
Total	223.535	118.931

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre a marcação a mercado e reavaliação.

Circulante	27.432	33.002
Não circulante	196.103	85.929

h) Outras Informações

Consequentemente, e, em cumprimento à legislação que rege o assunto, art. 10, parágrafo único, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Banco ajustou, no 1º semestre/2021, seu crédito tributário ativado, tendo como base a realização prevista para o 2º semestre/2021 no Estudo Técnico de junho/2021, revisado, com as respectivas baixas, uma vez que a majoração da alíquota terá vigência nesse período. O ajuste positivo importou em R\$13.706, sendo R\$13.344 no resultado e R\$362 no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Desdobramento das Contas de Resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receita de Prestação de Serviços

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Administração de fundos e programas	145.678	141.770	350.494	326.338
FNO (nota nº 20)	142.284	137.523	343.794	317.107
Art 19 da lei 8.167/1991	32	333	117	1.625
Finam (nota nº 18)	3.067	2.947	6.085	5.844
Outras - FDA	295	423	498	682
Demais rendas	-	544	-	1.080
Outros serviços	8.411	5.054	13.215	11.236
Demais rendas	8.411	5.054	13.215	11.236
Sub-total	154.089	146.824	363.709	337.574
Rendas de tarifas bancárias	54.521	43.495	93.816	76.108
Pessoa física	36.391	24.167	60.823	41.591
Pessoa jurídica	18.130	19.328	32.993	34.517
Total	208.610	190.319	457.525	413.682

b) Despesa com Pessoal

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Honorários	(911)	(730)	(1.790)	(1.433)
Benefícios	(17.911)	(18.073)	(36.018)	(37.586)
Encargos sociais	(34.152)	(34.895)	(69.024)	(69.988)
Proventos	(82.715)	(85.727)	(164.736)	(173.981)
Treinamento	(396)	(180)	(564)	(952)
Remuneração de estagiários	(1.015)	(1.139)	(1.898)	(2.355)
Total	(137.100)	(140.744)	(274.030)	(286.295)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Água, energia e gás	(2.826)	(2.822)	(5.584)	(5.961)
Aluguéis	(3.889)	(3.800)	(7.705)	(7.512)
Processamento de dados	(7.016)	(9.122)	(15.252)	(27.655)
Comunicações	(1.908)	(7.495)	(8.073)	(14.933)
Manutenção e conservação de bens	(3.067)	(2.799)	(5.979)	(5.417)
Material	(152)	(158)	(324)	(413)
Serviços de terceiros	(7.107)	(5.624)	(14.265)	(11.255)
Vigilância e segurança	(5.577)	(5.339)	(14.463)	(11.459)
Serviços do sistema financeiro	(5.776)	(4.152)	(11.942)	(8.229)
Promoções e relações públicas	(103)	(152)	(371)	(629)
Propaganda e publicidade	(751)	(1.474)	(2.129)	(3.018)
Publicações oficiais	(1.208)	(1.041)	(1.243)	(1.113)
Serviços técnicos especializados	(2.290)	(2.035)	(3.960)	(4.029)
Transporte	(3.573)	(3.163)	(7.355)	(6.856)
Viagens	(258)	(210)	(481)	(973)
Depreciação	(6.129)	(6.522)	(12.309)	(13.189)
Amortização	(7.305)	(7.287)	(14.689)	(14.733)
Demais despesas administrativas	(1.915)	(846)	(2.751)	(2.308)
Total	(60.850)	(64.041)	(128.875)	(139.682)

d) Despesas Tributárias

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
ISS	(2.497)	(1.994)	(4.552)	(3.909)
Cofins	(34.067)	(18.910)	(58.285)	(45.291)
PIS/Pasep	(5.536)	(3.073)	(9.472)	(7.360)
Demais tributos	(465)	(428)	(2.533)	(2.063)
Total	(42.565)	(24.405)	(74.842)	(58.623)

e) Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Outras Receitas Operacionais	559.009	201.554	798.262	423.471
Demais Receitas Operacionais	304.994	201.311	543.598	422.753
Receitas Não Operacionais	254.015	243	254.664	718
Outras Despesas Operacionais	(202.207)	(128.139)	(323.674)	(275.422)
Demais Despesas Operacionais	(18.578)	(8.917)	(32.080)	(12.370)
Despesas de Provisões	(162.850)	(119.196)	(270.698)	(263.008)
Despesas Não Operacionais	(20.779)	(26)	(20.896)	(44)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais receitas operacionais	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
<i>Del credere</i> FNO	236.069	183.596	454.368	360.409
Recuperação de operações FNO	28.237	8.637	42.146	26.085
Recuperação de encargos e despesas	2.467	1.573	3.591	12.636
Demais receitas operacionais	38.221	7.505	43.493	23.623
Reversão de provisões	16.423	1.851	18.673	14.526
Reversão de provisões contingenciais (*)	14.725	-	16.665	-
Reversão de outras provisões operacionais	1.698	1.851	2.008	14.526
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	1.042	1.244	2.090	2.621
Receita variação taxas - FMM	15.464	-	15.464	-
Receita variação taxa câmbio	3.015	476	3.057	476
Multas – operações crédito geral	369	1.089	706	1.642
Rendas s/ depósito compulsório	1.085	940	1.833	1.851
Demais	823	1.905	1.670	2.507
Total	304.994	201.311	543.598	422.753

(*) Os principais valores estão voltados para provisões de contingências judiciais Trabalhistas e Cíveis Fiscais. O registro foi decorrente de reavaliação de risco e da atualização da perda com redução do valor.

Demais despesas operacionais	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Despesas de variação de taxa FMM	(2.782)	-	(2.782)	-
Despesa de variação taxa câmbio	(681)	271	(750)	(197)
Grade de eventos perdas operacionais	(1.583)	(1.073)	(1.656)	(1.723)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(68)	(84)	(106)	(257)
Dividendos a pagar juros s/ capital	(184)	(181)	(553)	(1.247)
Despesas desconto concedido renegociação	(178)	-	(258)	(151)
Despesas com TVM	(88)	(6)	(94)	(916)
Pagamento de Causas (*)	(12.751)	-	(25.293)	-
Multa de órgãos oficiais	(2)	(2)	(2)	(2)
Sucumbências/Hon. Esp. - Determ. Judicial	(21)	(11)	(21)	(11)
Pagto benefícios/Pensoes-INSS	(26)	(29)	(52)	(58)
Demais despesas operacionais	(25)	(119)	(42)	(125)
TVM - Cotas de Fundos	(104)	(1.430)	(357)	(1.430)
Estorno de encargos Carteira de Fomento	-	(839)	-	(839)
Depósitos recursais zerados CEF	(41)	(5.414)	(41)	(5.414)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(44)	-	(73)	-
Total	(18.578)	(8.917)	(32.080)	(12.370)

(*) Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte, de atualização monetária; da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com as reversões verificadas para o mesmo grupo); e, alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas de provisões	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Garantia financeira prestada	(38.692)	(62.786)	(74.514)	(141.284)
Passivo atuarial	(80.426)	(36.033)	(117.409)	(73.527)
Atualiz. benef. Pós-emp. PBD e PMB	(70.608)	(26.017)	(97.577)	(53.189)
Pós-emp. Assist./A.saúde	(9.818)	(10.016)	(19.832)	(20.338)
Demandas judiciais	(25.169)	(17.629)	(39.312)	(28.519)
Passivos trabalhistas	(16.677)	(17.761)	(27.717)	(22.751)
Passivos cíveis/sucumbências	(6.878)	743	(9.183)	(4.982)
Passivos cíveis - fundos investimento	(649)	(587)	(843)	(762)
Outras contingências - Fiscais	-	(23)	(285)	(23)
Provisão ativos atuariais - CAPAF	(965)	-	(1.284)	-
Planos Saldados (nota 25.b)	(18.563)	(2.748)	(39.463)	(19.678)
Total	(162.850)	(119.196)	(270.698)	(263.008)

Resultado não operacional	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Receitas não operacionais	254.015	243	254.664	718
Lucros em transações c/ valores e bens	55	2	252	3
Outras receitas não operacionais	253.960	241	254.412	715
Ganhos de capital	66.104	34	66.151	55
Rendas de aluguel	2	1	3	7
Outras rendas não operacionais	187.854	206	188.258	653
Despesas não operacionais	(20.779)	(26)	(20.896)	(44)
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(11)	-	(11)	-
Perdas de Capital	-	(25)	(2)	(25)
Outras Despesas não operacionais	(20.768)	(1)	(20.883)	(19)
Imobilizações	(3)	-	(104)	-
Diversas	(20.765)	(1)	(20.779)	(19)
Total	233.236	217	233.768	674

O Resultado não operacional, neste período, foi impactado pela receita proveniente do recebimento dos pleitos decorrentes do Termo de acordo celebrado entre a Empresa BBTS e o Banco, no qual o Banco teve êxito. Os registros alcançaram as rubricas: ganhos de capital, outras rendas não operacionais e outras despesas não operacionais diversas.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Receita de prestação de Serviço (nota nº 17.a) ⁽¹⁾	3.067	2.947	6.085	5.844
Entrada de Recursos ⁽²⁾	-	-	6.434	-

⁽¹⁾ A taxa de Administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do Fundo.

⁽²⁾ Conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota nº 14.f – como parte das causas cíveis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.06.2021	31.12.2020
<i>Del credere</i> ⁽¹⁾	22.928	21.967
Risco da Provisão ⁽²⁾ (nota nº 14)	21.174	21.598
Repasse do Tesouro ⁽³⁾ (nota nº 13.b)	84.181	88.413

⁽¹⁾ Está registrado em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em Provisão para garantias financeiras prestadas.

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

Ainda, conforme o Decreto nº 4.254/2002, neste período e no 1º semestre de 2020, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. Quanto a despesa de provisão está apresentada a seguir:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Despesa de provisão risco de operações - FDA	410	179	410	3.464

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 10.053/2019 são de risco integral do Banco. A Resolução CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Taxa de administração (nota nº 17.a)	142.284	137.523	343.794	317.107
FNO	119.962	114.374	299.492	270.730
FNO - Pronaf	22.322	23.150	44.302	46.377
<i>Del credere</i> ⁽¹⁾	236.069	183.596	454.368	360.409
Recuperação de operações	28.237	8.637	42.146	26.085
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(35.459)	(47.405)	(58.126)	(116.342)
Despesa de Provisão (risco compartilhado)	(38.279)	(62.604)	(74.052)	(137.814)

⁽¹⁾ A partir deste 1º semestre 2021, estão incluídos neste montante, os valores relativos ao *del credere* -risco 100%.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$35.539.963 (R\$33.727.271 em 31.12.2020), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

A Taxa de administração de 0,175% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente e limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del credere*, por estar isento de risco. Com a vigência da MP 1.052/2021 a partir de 19 de maio de 2021 o *del credere* está limitado a 5,5% conforme anexo II da referida MP.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$37.508 (R\$19.819 no 1º sem/2020) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$4.605.984 (R\$4.781.236 em 31.12.2020) é remunerado à taxa Selic segundo definições da MP 1.052/2021 e esse encargo é registrado no grupo "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No semestre, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$58.127 (R\$116.342 no 1º sem/2020).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de provisão de crédito no Banco, correspondente ao risco compartilhado é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.610.118 (R\$1.632.896 em 31.12.2020) (nota nº 14).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$96.830 (R\$109.183 no 1º sem/2020) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste 1º semestre de 2021, o Banco efetuou repasse de recursos para outras instituições financeiras, assumindo risco integral junto ao Fundo. Estes valores estão registrados em Devedores por Repasse de Outros Recursos e, ao final do período, totalizaram R\$25.530 (R\$30.931 em 31.12.2020), com provisão de R\$137 (R\$156 em 31.12.2020).

Neste semestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$110.343 (R\$113.762 no 1º sem/2020).

Apresentamos abaixo quadro da composição da Obrigação com os recursos do FNO:

	30.06.2021	31.12.2020
Recursos a alocar	1.184.427	246.137
Recursos alocados	3.371.993	4.479.818
Taxa de administração	49.564	55.282
Aplicação Risco Banco	2.903.029	972.693
Aplicação Risco Outras Instituições	25.586	30.992
Outros	21.535	37.006
Total (nota nº 13.b)	7.556.134	5.821.928

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total
AA	-	3.988.203	-	-	-	3.256.943	-	-	-
A	0,5	10.758.529	(26.896)	-	(26.896)	10.791.584	(26.927)	(52)	(26.979)
B	1	4.626.019	(23.130)	-	(23.130)	5.094.540	(25.199)	(273)	(25.472)
C	3	2.860.353	(42.905)	-	(42.905)	2.913.188	(41.165)	(2.533)	(43.698)
D	10	1.900.997	(95.050)	(9.299)	(104.349)	2.001.506	(75.114)	(35.463)	(110.577)
E	30	663.563	(99.535)	(4.544)	(104.079)	599.369	(71.471)	(23.046)	(94.517)
F	50	247.168	(61.792)	(585)	(62.377)	220.621	(34.066)	(21.720)	(55.786)
G	70	176.166	(61.658)	(10)	(61.668)	153.216	(39.193)	(14.443)	(53.636)
H	100	2.369.522	(1.184.761)	47	(1.184.714)	2.444.566	(1.187.274)	(34.957)	(1.222.231)
Total		27.590.520	(1.595.727)	(14.391)	(1.610.118)	27.475.533	(1.500.409)	(132.487)	(1.632.896)

(*) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Res.CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira, como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$275 (R\$2.107 em 31.12.2020), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.06.2021		31.12.2020	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	-	-	40	12
Proger urbano		-	-	40	12
Disponível	TMS	1	1	16	263
Proger urbano		1	1	16	263
Principal		274	-	2.051	-
Proger urbano		274	-	2.051	-
Total		275	1	2.107	275

As obrigações com o FAT apresentam classificação por prazo de vencimento, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2021		31.12.2020	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	0,2	28,2	51	18,5
De 31 a 90 dias	0,3	41,1	56	20,5
De 91 a 180 dias	0,1	23,4	85	30,8
De 181 a 360 dias	-	7,3	77	27,9
Mais de 1 ano	-	-	6	2,3
Total	0,6	100,0	275	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$205 (R\$646 em 31.12.2020).

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.06.2021	31.12.2020
Recursos Repassados ⁽¹⁾	94.870	225.343

⁽¹⁾ Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

23. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2021	31.12.2020
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	5.168	47.182
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	63	65
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletor "2"	36	38
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	27	28
Total	5.295	47.314

Neste período, ocorreram as seguintes transferências para o Banco: Fundo Basa de Investimento Financeiro Seletor "2" no valor de R\$519 e Fundo Basa de Investimento Financeiro Curto Prazo "2" no valor de R\$201, relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FMI's cindidos. (R\$462 e R\$179 em 31.12.2020), respectivamente.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Honorários (nota nº 17.b)	(911)	(730)	(1.790)	(1.433)
Diretoria Executiva	(619)	(496)	(1.209)	(1.000)
Conselho de Administração	(72)	(61)	(143)	(130)
Conselho Fiscal	(47)	(43)	(91)	(86)
Comitê de Auditoria	(173)	(130)	(347)	(217)
Remuneração Variável Anual	(685)	(611)	(685)	(611)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(27)	(19)	(54)	(38)
Total	(1.623)	(1.360)	(2.529)	(2.082)

(¹) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários).

	30.06.2021	31.12.2020
Diretoria - Honorários	34.370,29	42.876,00
Conselho de Administração	3.612,05	3.612,05
Conselho Fiscal	3.612,05	3.622,09

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Captações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	1	275
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	698.007	736.754
Tesouro Nacional	25.817	25.880
BNDES	610.322	633.389
Finame	61.594	77.147
Finep	274	338
Outros Passivos	7.651.082	6.135.684
FNO (notas nºs 13.b e 20)	7.556.134	5.821.928
FMM (notas nºs 13.b e 22)	94.870	225.343
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	78	88.413
Total	8.349.090	6.872.713

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Receitas taxa administração (nota nº 17.a)	145.678	141.770	350.494	326.338
Receita <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 20)	236.069	183.596	454.368	360.409
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(35.459)	47.405	(58.126)	(116.342)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(38.279)	(62.604)	(74.052)	(137.814)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(3.165)	(3.291)	(6.330)	(6.671)
Liquidados - BD e Misto	(657)	(758)	(1.317)	(1.566)
Prev-amazônia - Capaf	(2.508)	(2.533)	(5.013)	(5.105)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf	(98.989)	(38.781)	(156.872)	(93.205)
Atualiz.Benefício Pós-emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(70.608)	(26.017)	(97.577)	(53.189)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(18.563)	(2.748)	(39.463)	(19.678)
Desp.pós-emprego–assistidos/aux.saúde (nota nº 17.e)	(9.818)	(10.016)	(19.832)	(20.338)

25. Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 207 de 6 de abril de 2021, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 6 de abril de 2021, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 693 de 14 de outubro de 2020.

A CAPAF efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro/2020 paga pela BB Previdência. Permanecem na CAPAF os Planos BD e Misto Liquidados.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas Atuariais Adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,6	7,0	7,6	7,0
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,0	3,4	4,0	3,4
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	3,5
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	7,6	7,0	7,6	7,0

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,6	7,7	6,7	5,9	8,1	7,9
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,0	3,8	3,1	2,4	4,4	4,2
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,8	N/A	N/A	3,5	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,8	3,5	3,5	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,8	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,8	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	7,6	7,7	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Taxa de rotatividade	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Planos Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Taxa de rotatividade	0,6	0,6	N/A	N/A	0,6%	0,6%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2021 e 20% em 2020.

** suavizada em 30% em 2021 e 30% em 2020.

a.2) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	Plano BD	
	1ºsem/2021	1ºsem/2020
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(25.124)	(25.890)
Provisão para planos de benef e outros benefícios pós-emprego	(25.124)	(25.890)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(502)	(605)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	27.485	27.554
Ganhos e Perdas sobre o passivo	43.669	43.292
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	70.653	70.241
Total dos componentes de benefício definido	45.529	44.351

	Plano Misto	
	1ºsem/2021	1ºsem/2020
Custo do serviço		
Custo do serviço	(2)	(2)
Custo de juros líquidos	(1.120)	(1.111)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.122)	(1.113)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e perdas sobre as contribuições dos participantes	-	(2)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	(1.792)	(527)
Ganhos e Perdas sobre o passivo	694	2.206
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(1.098)	1.678
Total dos componentes de benefício definido	(2.220)	565

	Assistidos pelo Banco	
	1ºsem/2021	1ºsem/2020
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(2.637)	(3.098)
Provisão para planos de benefios e outros benefícios pós-emprego	(2.637)	(3.098)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	8.988	9.133
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	8.988	9.133
Total dos componentes de benefício definido	6.351	6.035

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do serviço

Custo de serviço

Custo de juros líquidos

Provisão para planos de benef e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do Plano de Benefício definido**

Ganhos e Perdas sobre o passivo

Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Auxílio Saúde	
1ºsem/2021	1ºsem/2020
(2.745)	(2.568)
(14.565)	(15.014)
(17.309)	(17.583)
22.973	59.933
22.973	59.933
5.664	42.350

a.3) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Provisão Adicional Reserva Matemática

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no período

Plano BD	
1ºsem/2021	1ºsem/2020
(719.893)	(754.810)
1.002	1.209
(25.124)	(25.890)
(73.451)	-
70.653	70.241
(746.813)	(709.249)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano Misto	
1ºsem/2021	1ºsem/2020
(32.084)	(32.388)
15	19
(1.122)	(1.113)
(1.098)	1.678
(34.289)	(31.804)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Assistidos pelo Banco	
1ºsem/2021	1ºsem/2020
(88.793)	(98.976)
3.193	3.890
(2.637)	(3.098)
8.988	9.133
(79.249)	(89.051)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Auxílio-saúde	
1ºsem/2021	1ºsem/2020
(369.660)	(397.733)
5.049	4.691
(17.309)	(17.583)
22.973	59.933
(358.947)	(350.692)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

		Plano BD	
		1ºsem/2021	1ºsem/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período		(859.589)	(901.728)
Benefícios pagos pelo plano		30.092	29.869
Custo de juros		(30.000)	(30.929)
Remensurações de perdas atuariais		54.674	62.243
Decorrentes de ajuste de experiência		14.561	23.250
Decorrentes de alterações de premissas financeiras		40.113	38.993
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período		(804.823)	(840.545)
		Plano Misto	
		1ºsem/2021	1ºsem/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período		(84.924)	(87.111)
Benefícios pagos pelo plano		3.511	3.534
Custo de juros		(2.964)	(2.988)
Custo de serviço corrente		(4)	(4)
Remensurações de Perdas atuariais		1.387	4.413
Decorrentes de ajuste de experiência		(2.300)	395
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		3.687	4.018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período		(82.994)	(82.156)
		Assistidos pelo Banco	
		1ºsem/2021	1ºsem/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período		(88.793)	(98.976)
Benefícios pagos pelo plano		3.193	3.890
Custo de juros		(2.637)	(3.098)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais		8.988	9.133
Decorrentes de ajuste de experiência		5.849	9.744
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		3.139	(611)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período		(79.249)	(89.051)
		Auxílio-saúde	
		1ºsem/2021	1ºsem/2020
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período		(369.660)	(397.733)
Benefícios pagos pelo plano		5.050	4.691
Custo de juros		(14.565)	(15.014)
Custo de serviço corrente		(2.745)	(2.568)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais		22.973	59.933
Decorrentes de ajuste de experiência		11.168	19.423
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		11.805	40.510
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período		(358.947)	(350.692)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(554.996)	(529.647)	(552.594)	(531.579)	(541.899)
Superávit/(déficit) do plano	(554.996)	(529.647)	(552.594)	(531.579)	(541.899)
Variação na obrigação atuarial	2,42%	(2,26)	1,97%	(1,90)	
Variação no superávit/(déficit)	2,42%	(2,26)	1,97%	(1,90)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(269.278)	(256.979)	(268.113)	(257.917)	(262.924)
Superávit/(déficit) do plano	(269.278)	(256.979)	(268.113)	(257.917)	(262.924)
Variação na obrigação atuarial	2,42%	(2,26)	1,97%	(1,90)	
Variação no superávit/(déficit)	2,42%	(2,26)	1,97%	(1,90)	
Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial	(84.915)	(81.195)	(84.584)	(81.456)	(82.994)
Valor justo dos ativos do plano	14.415	14.415	14.415	14.415	14.415
Superávit/(déficit) do plano	(70.500)	(66.780)	(70.169)	(67.041)	(68.579)
Variação na obrigação atuarial	2,32%	(2,17)	1,92%	(1,85)	
Variação no superávit/(déficit)	2,80%	(2,62)	2,32%	(2,24)	
Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial	(82.278)	(76.456)	(80.309)	(78.216)	(79.249)
Superávit/(déficit) do plano	(82.278)	(76.456)	(80.309)	(78.216)	(79.249)
Variação na obrigação atuarial	3,82%	(3,52)	1,34%	(1,30)	
Variação no superávit/(déficit)	3,82%	(3,52)	1,34%	(1,30)	
Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial	(365.857)	(352.480)	(373.623)	(344.718)	(358.947)
Superávit/(déficit) do plano	(365.857)	(352.480)	(373.623)	(344.718)	(358.947)
Variação na obrigação atuarial	1,93%	(1,80)	4,09%	(3,96)	
Variação no superávit/(déficit)	1,93%	(1,80)	4,09%	(3,96)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.6) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.925)
Custo de juros líquidos	(50.231)	(2.239)	(5.276)	(29.122)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(50.231)	(2.243)	(5.276)	(35.047)
Montantes esperados período seguinte-Nomais	2.408	35	7.763	10.274
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.408	35	7.763	10.274

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da Política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2021
Plano BD	746.813	96.470	(70.652)	(25.818)	746.813
Plano Misto	32.084	1.106	1.099	-	34.289
Total BD e Misto	778.897	97.576	(69.553)	(25.818)	781.102

	Valor da Obrigação em 31.12.2019	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2020
Plano BD	754.810	52.096	(70.242)	(27.415)	709.249
Plano Misto	32.388	1.093	(1.677)	-	31.804
Total BD e Misto	787.198	53.189	(71.919)	(27.415)	741.053

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e BB Previdência referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2021
Planos Saldados	613.575	39.463	-	(54.699)	598.339

	Valor da Obrigação em 31.12.2019	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2020
Planos Saldados	656.394	19.678	-	(49.237)	626.835

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º trim/2021	2º trim/2020	1º sem/2021	1º sem/2020
Liquidados - BD e Misto	(657)	(758)	(1.317)	(1.566)
Prev-amazônia	(2.508)	(2.533)	(5.013)	(5.105)
Total (nota nº 24.b)	(3.165)	(3.291)	(6.330)	(6.671)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.06.2021	31.12.2020
Saldados	598.339	613.575
Liquidados	781.102	778.897
Assistidos	79.249	88.793
Auxílio Saúde	358.947	369.660

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Permanece suspenso o julgamento da ação rescisória proposta em abril de 2014, junto ao TRT da 16ª Região (MA), processo nº 0016098-06.2014.5.16.0000, através da qual a Advocacia Geral da União visa rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº 1164 -2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, com data para novo julgamento ainda no mês de julho/2020, foi novamente adiado em face de negociações entre SEEB e BANCO, mediadas pelo Juízo Relator da Rescisória e ainda não encerradas, mas com prazo final para apreciação da proposta de acordo pelo SEEB-MA, fixado em 31/08/2021. De acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 a ação é classificada como possível.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104 -23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho/2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das Desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto. Ação julgada improcedente,

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Em recurso Ordinário interposto para o TST, ainda pendente de julgamento.

A provisão do plano BD, existente em 30.06.2021 totalizou R\$746.813, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$609.148;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$64.214;
- Adicional de Provisão de reservas matemáticas do plano PBD – R\$73.451, sendo R\$46.532 no 1º semestre/2021.

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R\$609.148, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do semestre R\$541.899;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do semestre R\$67.249.

A Composição da provisão existente ao final do semestre para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R\$746.813;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) R\$34.289;
- Total da Provisão – R\$781.102.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no semestre, o montante de R\$25.818 (R\$52.408 em 31.12.2020).

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de junho de 2021, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela CAPAF (BD e Misto).

26. Remuneração Paga aos Empregados

Remuneração Mensal dos Empregados (em R\$ unitários):

	30.06.2021	31.12.2020
Menor Salário	2.646,77	2.646,77
Maior Salário	27.734,63	27.734,63
Salário Médio	8.456,05	8.349,91

27. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 30.06.2021 foi de R\$10,388 bilhões, representando 77,77% do portfólio total de R\$13,359 bilhões (R\$10,335 bilhões, representando 78,63% do portfólio total de R\$13,146 bilhões em 31.12.2020). A maioria dos recursos, 67,48% (68,37% em 31.12.2020), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco da Amazônia vem aumentando seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, o Banco também está em processo de validação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfólio – LDP*), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuído por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta irá permitir aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Deste modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução Bacen nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução Bacen nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de Mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2021, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$6,221 milhões e R\$3,530 milhões (R\$6,574 milhões e R\$5,421 milhões em 31.12.2020), estando dentro dos limites de referência de 36,40% e 29,35% respectivamente (44,33% e 51,95% em 31.12.2020). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em status Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários onde se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$5,0022 em 30.06.2021 (R\$5,1967 em 31.12.2020) e a taxa DI de 1 ano no nível de 4,15% a.a. (1,90% a.a. em 31.12.2020).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$6,2528 em 30.06.2021 (R\$6,4959 em 31.12.2020), e a taxa DI de 1 ano no nível de 5,19% a.a. (2,38% a.a. em 31.12.2020), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$7,5033 em 30.06.2021 (R\$7,7951 em 31.12.2020) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 6,23% a.a. (2,85% a.a. em 31.12.2020), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		30.06.2021			31.12.2020		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	578	(6.405)	(10.988)	41	(15.364)	(25.756)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	5.233	26.405	53.157	5.216	76.438	112.631
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	142	(12.133)	(20.614)	2.438	549	533
Total		5.953	7.867	21.555	7.695	61.623	87.408

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$21,555 milhões correspondentes ao cenário III.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,26% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou origem, tipo: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais), crédito (fomento e comercial) e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução Bacen nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (ΔNII) e de Valor Econômico (ΔEVE). O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ΔNII , com base em dados de junho de 2021, representou o montante de R\$102 milhões.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

f) Gestão de Capital

O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução 4.193/2013, do CMN, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal instituído por essa mesma Resolução.

O Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas resoluções do CMN 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - PRMR) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

No 1º semestre de 2021, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 12,0% acima do requerimento regulatório (9,625%) e da política da instituição, mantendo sua capacidade de cumprir não só com os mínimos regulatórios, mas também com os Adicionais de Capital. O Bacen dispõe sobre a metodologia de apuração das parcelas ACPCContracíclico e ACPSistêmico e os seus respectivos percentuais em relação ao montante RWA.

Em virtude da pandemia, o BACEN emitiu a Resolução Nº 4.783, de 16 de março de 2020. Na qual se expande a capacidade de utilização de capital dos bancos, de modo que estes tenham melhores condições para realizar as eventuais renegociações e manter o fluxo de concessão de crédito. Na prática, esta medida amplia a folga de capital (diferença entre o capital efetivo e o capital mínimo requerido), conferindo mais espaço e segurança aos bancos para manterem seus planos de concessões de crédito ou mesmo ampliá-los nos próximos meses.

Considerando que os colchões de capital devem ser usados durante momentos adversos, esta medida reduz o Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPCConservação) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano. Após este período (1 ano), o ACPCConservação será gradualmente reestabelecido até 31 de março de 2022 ao patamar de 2,5%.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência (PR)	3.247.279	2.901.781
PR Nível I	3.247.279	2.901.781
Capital Principal	3.247.279	2.901.781
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	26.968.102	25.032.800
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	23.029.293	21.080.641
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	1.250	909
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	3.937.559	3.951.250
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.213.564	1.126.476
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.618.086	1.501.968
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	2.157.448	2.002.624
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	2.033.715	1.775.305
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.629.193	1.399.813
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,0%	11,6%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,0%	11,6%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,0%	11,6%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras informações

a) Avais e Fianças Prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2021	31.12.2020
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	13.859.445	13.807.512
Coobrigação em cessão de créditos – alongam crédito rural	7.927	7.132
Total	13.867.372	13.814.644

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura R\$151.045. (R\$149.113 em 31.12.2020), com prêmio de R\$255 (R\$255 em 31.12.2020, determinada em função dos valores e riscos envolvidos).

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº. 2/2020, apresentamos abaixo os eventos que geraram, no 1º semestre de 2021, os resultados recorrentes e não recorrentes:

O resultado contábil do 1º semestre de 2021 foi de R\$302.638. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$242.576 e como não recorrente, formado por eventos que, provavelmente não ocorrerão nos próximos períodos, foi de R\$(60.062), já considerando o impacto tributário.

Os eventos não recorrentes no 1º semestre de 2021, foram:

- Acordo Judicial – BB Tecnologia e Serviços S.A – BBTS;
- Efeito da majoração da CSLL no Resultado;
- Constituição de complemento de provisão CAPAF BD;

O resultado contábil no 1º semestre de 2020 foi de R\$108.935, com resultado recorrente de R\$135.436 e não recorrente foi de R\$26.501, considerando o impacto tributário.

Os eventos não recorrentes no 1º semestre de 2020, foram:

- Venda de título de Renda Fixa: venda do título reclassificado ao final do ano anterior;
- Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI: programa de incentivo de desligamento voluntário dos empregados;
- Ajuste Negativo ao valor de mercado: atualização da marcação a mercado dos títulos reclassificados no ano anterior, previamente a venda.

	1º sem/2021	1º sem/2020
Lucro Líquido Contábil	302.638	108.935
(-) Eventos não recorrentes	(60.062)	26.501
(+) Acordo Judicial - BB Tecnologia e Serviços S.A – BBTS*	114.190	-
(+) Efeito da Majoração da CSLL no Resultado	13.344	-
(+) Venda de Título de Renda Fixa	-	140.903
(-) Const. complemento de provisão CAPAF BD (c/ impacto tributário)	(67.472)	-
(-) Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI	-	(16.010)
(-) Ajuste Negativo ao Valor de Mercado	-	(151.394)
(=) Resultado Recorrente	242.576	135.436

(*) Líquido de tributos

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ações Relacionadas à COVID 19

A pandemia da COVID – 19 persistiu durante o 1º semestre de 2021 e mesmo com o processo de vacinação em andamento, tiveram que ser mantidas as ações de enfrentamento à pandemia como: distanciamento social, uso de máscaras, utilização de álcool em gel e campanhas de conscientização da população.

Em termos trabalhistas o governo federal editou a MP nº 1.046/2021, dispondo sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. que versa sobre:

- I. O teletrabalho;
- II. A antecipação de férias individuais;
- III. A concessão de férias coletivas;
- IV. O aproveitamento e a antecipação de feriados;
- V. O banco de horas;
- VI. A suspensão de exigência administrativa em segurança no trabalho;
- VII. O diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)
- VIII. Outras medidas como as relacionadas a área de saúde estão inseridas nessa MP.

O Banco segue com seu gabinete de crise atuante, com monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento da COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para dar continuidade as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.

Foram doados pelo Banco cilindros de oxigênio e máscaras de proteção facial para público mais exposto ao contágio, não apenas da área de saúde como também feirantes e atendentes. Essas doações foram realizadas em diversas áreas da região amazônica.

Assim, foram adotadas as seguintes medidas:

1. Em relação ao crédito

O Banco vem praticando sua missão institucional em desenvolver “Uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes” diante da continuidade da situação da pandemia e ao mesmo tempo estando focado no atendimento aos seus clientes e ao público em geral, manteve e incrementou as disponibilidades para atender os diversos segmentos da economia regional, aumentando a carteira de crédito, especialmente a lastreada com recursos do FNO, sendo beneficiados, principalmente os mini, micro e pequenos empreendedores.

Em relação ao comportamento da PCLD na carteira de crédito do Banco no 1º semestre de 2021 não descolou das projeções realizadas pela área de gestão e acompanhamento.

Os principais movimentos de incrementos e decrementos ocorridos foram motivados por reavaliações normais de risco, assunções de dívida e ainda as liquidações naturais. Não houve no período nenhum movimento de risco, por deliberação especial, que resultou em PCLD adicional bem como em decremento.

Mantido o comportamento da carteira e as ações de acompanhamento e cobrança, nosso cenário, otimista aponta para o fechamento da PCLD abaixo da meta esperada.

Em face da manutenção de um cenário de baixa recuperação da atividade econômica, para setores econômicos específicos, ainda afetados pelos efeitos restritivos da pandemia da COVID-19, o Banco da Amazônia concedeu, no presente 1º semestre de 2021, prazo adicional para pagamentos de operações de crédito através de Circulares de Renegociação.

O Banco da Amazônia criou condições especiais para os empreendedores que precisam de apoio para superar a crise gerada pela pandemia da Covid-19, implementando medidas como a flexibilização das regras para a suspensão do pagamento de parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O Objetivo do Banco é preservar os negócios dos empreendedores da Amazônia e está alinhado à Resolução CMN nº 4.782/2020 e às políticas públicas do Governo Federal

2. Em relação ao atendimento nas unidades do Banco

Nas agências, permaneceu a redução no expediente bancário para quatro horas/dia e garantia de um quantitativo mínimo de empregados para a manutenção do atendimento presencial aos clientes, sendo esse atendimento feito em sistema de rodízio, bem como se está realizando escalas com horários alternativos e escalas diferenciadas para os empregados.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Permaneceu reduzido o número de clientes nas agências a no máximo até dez pessoas por vez, observando-se a capacidade do espaço da Unidade e/ou autoatendimento, bem como foi bem como foi demarcado espaço para distanciamento entre os clientes, evitando a formação de aglomerações.

Foi realizada a higienização de todas as unidades do Banco.

3. Em relação ao público interno (funcionários, estagiários, terceirizados, etc)

Todas as medidas adotadas em 2020 foram mantidas em 2021, como: redução do efetivo presencial nas Unidades; continuidade do teletrabalho (home office); foi concedido férias/recesso remunerado e posteriormente garantido o afastamento preventivo para os estagiários e menores aprendizes; foi exigido das empresas que prestam serviços terceirizados "Termo de declaração preventivo" atestando que as empresas estão tomando as medidas preventivas juntos aos seus empregados; distribuição de máscaras para empregados, terceirizados e clientes; higienização de todas as unidades do Banco; disponibilização de palestras orientativas e criação do Portal de Telemedicina para o cuidado com a saúde dos empregados do Banco.

4. Outras medidas

Mantida a suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais. Mantida a suspensão de eventos de grande porte e os treinamentos presenciais, bem como, restrição das reuniões presenciais e direcionamento para utilização de reuniões virtuais.

O Banco da Amazônia mantém avaliação e monitoramento contínuos de suas atividades em razão do cenário que ainda é de incerteza o que impossibilita mensurar de forma assertiva os impactos que a pandemia ainda trará à economia.

Como resultado dessas incertezas alguns julgamentos e estimativas adotados pelo Banco foram e continuam sendo revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

• Gerenciamento de riscos e capital

O Banco mantém PR - Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requeridos mesmo em cenário de estresse.

• Aplicação das regras da Resolução CMN nº 4.783/2020

A redução da alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022, ajudou as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito e renegociações.

• Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco possui perfil conservador de investimento, ou seja, aplica, a maioria de seus recursos, em títulos considerados de baixo risco, como pode ser observado na segmentação da carteira de TVM (nota 6) nas seguintes proporções: 78,8% em títulos públicos e 21,2% em títulos privados.

Embora a concentração de nossos ativos se dê em títulos públicos, que são classificados como investimentos de menor risco de crédito da economia brasileira, garantidos pelo governo, eles, também, estão sujeitos ao risco de mercado, em menor proporção, uma vez que há volatilidade nos preços.

• Provisão para Riscos por Demandas Contingentes

O risco com as demandas cíveis e trabalhistas, mantiveram-se em patamar estável aos dos períodos anteriores não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face da metodologia que vem sendo adotada para avaliação das provisões.

• Tributos próprios

O Banco não adotou a faculdade concedida pela Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia, referente a postergação de recolhimento de tributos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Distribuição de Lucros**

O Banco tem como política a distribuição de remuneração aos acionistas somente no exercício. Assim, não ocorreu remuneração aos acionistas no 1º semestre/2021. Cumprindo o disposto no art. 202 da Lei 6.404/1976, combinada com a Resolução CMN nº 4.885/2020, a distribuição de resultados no 1º semestre de 2021, provisionou 25% a título de Dividendos Obrigatórios (nota 15.g).

- **Medidas Governamentais**

De acordo com suas atividades o Banco buscou atender e se enquadrar nas diversas medidas ditadas pelo governo federal e que ainda se encontram vigentes, com destaque para:

- a) Permanência da aplicação das regras da Resolução CMN nº 4.798/2020, instituindo linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. A linha FNO EMERGENCIAL objetivou promover a recuperação e a preservação das atividades econômicas nos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços, em municípios com estado de calamidade pública decretada na área de atuação do FNO, mitigando, assim, os efeitos gerados na atividade econômica em função da pandemia.

- **Principais julgamentos e incertezas**

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco continuam sendo revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas venham a refletir com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgado pelo Banco.

Ainda não é possível mensurar de forma inequívoca os impactos que a pandemia trará, nem quanto tempo as medidas de contenção serão necessárias.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC – PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém -PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 13 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., referentes ao 2º trimestre 2021 (ITR) findo em 30 de junho de 2021, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 13 de agosto de 2021.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o art. 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., referentes 2º trimestre 2021 (ITR) findo em 30 de junho de 2021, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 13 de agosto de 2021.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrónio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor